

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Reforma Agrária
Período de Análise: 01/04/2013 a 30/04/2013

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Causa revogada – O Globo, Opinião. 01/04/2013.....	5
Novo modelo. Marina dos Santos – O Globo, Opinião. 01/04/2013.....	6
Incra retoma posse de área e volta a assentar famílias em Mato Grosso do Sul – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 03/04/2013.....	7
O Globo debate Reforma Agrária: Editorial dos proprietários x MST – Site do MST. 02/04/2013.....	8
PR – Incra conquista novo imóvel rural e resolve conflito agrário de 13 anos – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 05/04/2013.....	10
Incra entrega títulos definitivos a assentados no Amapá – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 05/04/2013.....	11
Reforma agrária tem novos critérios definidos. João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo, Poder. 05/04/2013.....	11
Reforma de base. Cristovam Buarque – O Globo, Opinião. 06/04/2013.....	12
Incra/MA discute conflitos agrários na Região Tocantina – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 08/04/2013.....	14
Terra Legal firma nova parceria para acelerar regularização fundiária no Acre – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 08/04/2013.....	15
Incra e Embrapa debatem agenda estratégica para a reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 09/04/2013.....	16
Audiência pública discute desocupação de imóvel rural no Tocantins – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 10/04/2013.....	17
Incra e Embrapa debatem agenda estratégica para a reforma agrária – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 10/04/2013.....	19
Incra destina cinco por cento dos lotes da reforma agrária para jovens – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 11/04/2013.....	20
Oficina internacional debate governança fundiária – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 12/04/2013.....	21
A atualidade da luta pela Reforma Agrária. Arlete Sampaio – Site do MST. 12/04/2013.....	22
Ruralistas querem mudar lei para bloquear reforma agrária. Carlos Marés – Site do MST. 12/04/2013.....	24
ESPECIAL-Brasil tenta acertar erros do passado com índios. Caroline Stauffer – O Globo, País. 12/04/2013.....	25
CNBB: “Reforma Agrária não foi prioridade de nenhum dos governos democráticos” – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 15/04/2013.....	30

Superintendência do Incra no Acre realiza planejamento de ações para os próximos três anos – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 15/04/2013.....	31
Campos desapropria fazendas em Pernambuco após invasões de terra. Daniel Carvalho – Folha de São Paulo, Poder. 15/04/2013	32
Encontro internacional aponta desafios latino-americanos para a governança fundiária – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 16/04/2013	33
Reforma agrária é tema de encontro com manifestantes do MST – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 18/04/2013.....	34
Sistema de Gestão Fundiária é apresentado a entidades de registro de imóveis – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 18/04/2013 ..	34
Governo promete responder reivindicações do MST em 45 dias. Luiza Damé – O Globo, País. 18/04/2013	36
Quilombolas: Incra no Rio Grande do Norte despropria terras da comunidade Acauã – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 22/04/2013.....	37
Incra inicia regularização quilombola em parceria com Minas Gerais – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 22/04/2013.....	39
Incra e TCU realizam reuniões técnicas para aprimorar reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/04/2013	40
Incra inicia implantação de assentamento em Tocantins – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 24/04/2013	40
Incra criará 115 assentamentos ainda neste semestre – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/04/2013.....	41
Ministro e presidente do Incra inauguram assentamento no Oeste paulista – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/04/2013	42
Reuniões entre Incra e TCU irão aprimorar reforma agrária – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/04/2013	44
Pepe Vargas inaugura assentamento no oeste paulista – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/04/2013	44
Brasil de Fato: Reforma agrária, urgente, necessária e esquecida – Site do MST. 26/04/2013.....	45
MST recebe prêmio em Guernica pela luta da Reforma Agrária – Site do MST. 26/04/2013.....	47
Assentamento para 210 famílias é inaugurado em São Paulo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/04/2013	48
Assentados de Feijó (AC) recebem títulos entregues pelo Incra – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/04/2013.....	49

SC: Incra participa de oficina para criação de Cadastro Estadual de Imóveis Rurais – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/04/2013.....	50
Incra/RO realiza mutirão da reforma agrária em Machadinho d'Oeste – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/04/2013	50
José Juliano: Agronegócio impõe uma reforma agrária ao revés ao país. José Juliano de Carvalho Filho – Site do MST. 30/04/2013	52

Causa revogada – O Globo, Opinião. 01/04/2013

TEMA EM DISCUSSÃO: A proposta da reforma agrária

Os desentendimentos recentes entre representantes do movimento dos sem-terra e o governo federal, em que há, como desde o início da Era Lula, em 2003, aliados do MST, são reveladores do momento de dificuldades por que passa a proposta de reforma agrária.

A militância da divisão de terras, bandeira histórica na política brasileira, não se cansa de reivindicar mais lotes e recursos para os assentados. Sempre será assim, é da lógica deste tipo de luta. Mas quem está no governo precisa ter outra perspectiva das demandas que chegam da sociedade — se houver um mínimo de consciência pública. De fato, no governo Dilma cai o ritmo de assentamentos. Na gestão FH, a média anual de famílias assentadas foi de 67.588; com Lula, 76.761, e Dilma, 22.552.

A explicação é plausível, dada por alguém insuspeito para os chamados movimentos sociais, ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência: é preciso, primeiro, tratar de reformar os atuais assentamentos, dar-lhes condições de se sustentar por conta própria.

Carvalho não errou ao afirmar que muitos deles são “quase favelas rurais”. Foi até elegante. Reportagem feita pelo GLOBO confirmou a precariedade de projetos do Incra. Mesmo em São Paulo, estado em que há amplos canais de comercialização de produtos agrícolas e infraestrutura, em geral.

É razoável considerar que uma das causas do visível fracasso de assentamentos de reforma agrária seja o descuido na distribuição de terras, feita sob pressão política. Ajuda, ainda, na distorção usar a estatística fria do número de famílias assentadas como indicador da eficiência do programa de reforma da estrutura fundiária.

Pode-se distribuir centenas de milhares de pessoas pelo interior do país sem que elas ascendam socialmente por meio do cultivo da terra. É o que tem acontecido, com muito assentado sobrevivendo apenas graças ao Bolsa Família.

A intenção do governo de dar prioridade ao apoio aos assentamentos existentes — por meio de treinamento, assistência técnica etc. — faz sentido. Pode não coincidir com as estratégias políticas do MST e aliados, mas é o correto.

Outro aspecto da atual discussão sobre reforma agrária é saber se a proposta continua atual ou foi superada pelo vertiginoso crescimento da agricultura capitalista no Brasil, indutora da modernização de propriedades de todos os tamanhos. Inclusive o minifúndio, principalmente aquele incluído em grandes redes de fornecedores da agroindústria.

Como o “latifúndio improdutivo” foi, na prática, extinto pela agricultura de mercado, ligada ao mundo e às bolsas de commodities, passou a haver falta de terra boa para

distribuir. O avanço da agricultura, então, esvaziou a antiga proposta de distribuição de terras. Há, inclusive, redução da população no campo, por força da urbanização do país, um processo clássico, universal. Daí o MST se voltar contra a grande propriedade produtiva. Outro erro, pois, assim, o movimento deixa de ser social para incorrer no código penal.

Novo modelo. Marina dos Santos – O Globo, Opinião. 01/04/2013

TEMA EM DISCUSSÃO: A proposta da reforma agrária

Nos últimos anos, tornaram-se corriqueiras as análises de que a questão agrária no Brasil está resolvida. Essas análises desconhecem ou ignoram os graves problemas que a sociedade brasileira enfrenta no meio rural. Há cerca de 150 mil famílias de trabalhadores sem terra vivendo em acampamentos rurais. Há 4 milhões de famílias pobres do campo que estão recebendo o Bolsa Família para não passar fome.

Há uma absurda concentração fundiária que se estende à riqueza produzida na agricultura. De acordo com o último censo agropecuário, 3,8 milhões de estabelecimentos rurais — 72,9% do total — respondem por apenas 4% do Valor Total da Produção Declarada (VTPD).

São famílias desassistidas de créditos e políticas públicas, sem perspectiva de progredir economicamente na agricultura. Só lhes é dada uma alternativa: permanecer o maior tempo possível no campo e depois migrar para as favelas dos grandes centros urbanos.

No outro extremo, 51,3% do VTPD estão concentrados nas mãos de 0,4% de proprietários rurais. Ou seja, o modelo do agronegócio, centrado na agroexportação, beneficia cerca de 22 mil proprietários rurais, de um universo de 5 milhões de estabelecimentos agrícolas.

Sobre a produção de alimentos, basta prestar atenção aos frequentes alertas da inflação causada pela escassez de alimentos. É inaceitável que o Brasil, com seu tamanho, tenha uma baixa oferta de alimentos.

Por isso, defendemos um modelo de agricultura que, além de promover a democratização do acesso à terra, por meio de um programa de reforma agrária, produza alimentos saudáveis, assegure a preservação ambiental e garanta a soberania alimentar do país.

Há no Nordeste mais de 200 mil hectares em projetos de irrigação, com recursos públicos, que serão destinados, preferencialmente, a capitalistas sulistas. Uma área suficiente para assentar 100 mil famílias em propriedades de dois hectares irrigados. Junto à distribuição de terras, é necessária uma política agrícola associada à implantação de agroindústrias nas áreas da reforma agrária; universalização de ensino público no meio rural; assistência técnica centrada na agroecologia, na cooperação agrícola, na

preservação e no reflorestamento ambiental; e uma política de comercialização, que assegure renda aos camponeses.

Aos que sempre argumentam que esse programa custaria muito caro aos cofres públicos, ao menos tenham a honestidade de reconhecer que a agricultura do agronegócio, para favorecer uma minoria de proprietários rurais, custa uma quantia muito superior a qualquer programa de reforma agrária.

Marina dos Santos é membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Inkra retoma posse de área e volta a assentar famílias em Mato Grosso do Sul – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 03/04/2013

A superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra) – autarquia ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) –, em Mato Grosso do Sul, vai retomar os processos de obtenção de terras para a reforma agrária no estado, desapropriando, para fins de reforma agrária a área conhecida como Fazenda Nazaré.

A obtenção de terras para fins de reforma agrária estava impedida no estado havia três anos. O superintendente do Inkra no Mato Grosso do Sul, Celso Cestari, anunciou a retomada da aquisição de terras durante o Seminário Estadual sobre Reforma Agrária, evento promovido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar no Mato Grosso do Sul (Fetagri-MS), em Campo Grande(MS).

"Agora, o Inkra retomou a sua missão de assentar famílias no estado", garantiu Celso. "E já depositamos na Justiça Federal os recursos que garantirão a posse do Inkra na Fazenda Nazareth", informou.

Ações estruturantes

Segundo o superintendente, as famílias só vão entrar nos respectivos terrenos depois que os créditos estiverem disponibilizados. "Queremos que neste assentamento não se repitam os erros dos outros. As famílias têm que entrar nos lotes com a garantia dos créditos iniciais que são o Apoio Inicial, de R\$ 3.200, o Fomento (mais R\$ 3.200) e o crédito Habitação que agora vai para a Caixa Econômica Federal, por meio do Programa Minha Casa Vida, modalidade Rural.

Localizada no município de Sidrolândia a Fazenda Nazaré tem área de 2,5 mil hectares e vai possibilitar o assentamento de 177 famílias. Até o final do ano, o Inkra espera ter concluído a demarcação dos lotes e das áreas de preservação. Cestari informou, ainda, que cinco novas áreas estão com seus processos de desapropriação adiantados e poderão ser concluídos até o final do ano.

A reforma agrária no estado ficou parada por três anos por conta da Operação Tellus, promovida pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal que condicionou a

continuidade do programa à realização de vistoria nos lotes dos assentamentos da região sul do estado e a retomada dos parcelas ocupadas irregulares.

O Globo debate Reforma Agrária: Editorial dos proprietários x MST – Site do MST. 02/04/2013

Confira o debate do jornal O Globo sobre o tema da Reforma Agrária. De um lado, o editorial do jornal, representando os grandes proprietários rurais e o agronegócio. De outro, a resposta de Marina dos Santos, da coordenação nacional do MST, ao apontar o fato da problemática agrária estar longe de ser resolvida, e que o caminho certamente não é pelo modelo do agronegócio.

Marina dos Santos - Por um novo modelo agrícola

Nos últimos anos, tornaram-se corriqueiras as análises de que a questão agrária no Brasil está resolvida. Essas análises desconhecem ou ignoram os graves problemas que a sociedade brasileira enfrenta no meio rural. Há cerca de 150 mil famílias de trabalhadores sem terra vivendo em acampamentos rurais. Há 4 milhões de famílias pobres do campo que estão recebendo o Bolsa Família para não passar fome.

Há uma absurda concentração fundiária que se estende à riqueza produzida na agricultura. De acordo com o último censo agropecuário, 3,8 milhões de estabelecimentos rurais - 72,9% do total - respondem por apenas 4% do Valor Total da Produção Declarada (VTPD).

São famílias desassistidas de créditos e políticas públicas, sem perspectiva de progredir economicamente na agricultura. Só lhes é dada uma alternativa: permanecer o maior tempo possível no campo e depois migrar para as favelas dos grandes centros urbanos.

No outro extremo, 51,3% do VTPD estão concentrados nas mãos de 0,4% de proprietários rurais. Ou seja, o modelo do agronegócio, centrado na agroexportação, beneficia cerca de 22 mil proprietários rurais, de um universo de 5 milhões de estabelecimentos agrícolas.

Sobre a produção de alimentos, basta prestar atenção aos frequentes alertas da inflação causada pela escassez de alimentos. É inaceitável que o Brasil, com seu tamanho, tenha uma baixa oferta de alimentos.

Por isso, defendemos um modelo de agricultura que, além de promover a democratização do acesso à terra, por meio de um programa de reforma agrária, produza alimentos saudáveis, assegure a preservação ambiental e garanta a soberania alimentar do país.

Há no Nordeste mais de 200 mil hectares em projetos de irrigação, com recursos públicos, que serão destinados, preferencialmente, a capitalistas sulistas. Uma área suficiente para assentar 100 mil famílias em propriedades de dois hectares irrigados.

Junto à distribuição de terras, é necessária uma política agrícola associada à implantação de agroindústrias nas áreas da reforma agrária; universalização de ensino público no meio rural; assistência técnica centrada na agroecologia, na cooperação agrícola, na preservação e no reflorestamento ambiental; e uma política de comercialização que assegure renda aos camponeses.

Aos que sempre argumentam que esse programa custaria muito caro aos cofres públicos, ao menos tenham a honestidade de reconhecer que a agricultura do agronegócio, para favorecer uma minoria de proprietários rurais, custa uma quantia muito superior a qualquer programa de reforma agrária.

Editorial do O Globo - Causa revogada

Os desentendimentos recentes entre representantes do movimento dos sem terra e o governo federal, em que há, como desde o início da Era Lula, em 2003, aliados do MST, são reveladores do momento de dificuldades por que passa a proposta de reforma agrária.

A militância da divisão de terras, bandeira histórica na política brasileira, não se cansa de reivindicar mais lotes e recursos para os assentados. sempre será assim, é da lógica deste tipo de luta. Mas quem está no governo precisa ter outra perspectiva das demandas que chegam da sociedade - se houver um mínimo de consciência pública. De fato, no governo Dilma cai o ritmo de assentamentos. Na gestão FH, a média anual de famílias assentadas foi de 67.588; com Lula, 76.761, e Dilma, 22.552.

A explicação é plausível, dada por alguém insuspeito para os chamados movimentos sociais, ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência: é preciso, primeiro, tratar de reformar os atuais assentamentos, dar-lhes condições de se sustentar por conta própria. Carvalho não errou ao afirmar que muitos deles são "quase favelas rurais". Foi até elegante. Reportagem feita pelo GLOBO confirmou a precariedade de projetos do Incra. Mesmo em São Paulo, estado em que há amplos canais de comercialização de produtos agrícolas e infraestrutura em geral.

É razoável considerar que uma das causas do visível fracasso de assentamentos de reforma agrária seja o descuido na distribuição de terras, feita sob pressão política. Ajuda, ainda, na distorção usar a estatística fria do número de famílias assentadas como indicador da eficiência do programa de reforma da estrutura fundiária.

Pode-se distribuir centenas de milhares de pessoas pelo interior do país sem que elas ascendam socialmente por meio do cultivo da terra. É o que tem acontecido, com muito assentado sobrevivendo apenas graças ao Bolsa Família.

A intenção do governo de dar prioridade ao apoio aos assentamentos existentes - por meio de treinamento, assistência técnica etc. - faz sentido. Pode não coincidir com as estratégias políticas do MST e aliados, mas é o correto.

Outro aspecto da atual discussão sobre reforma agrária é saber se a proposta continua atual ou foi superada pelo vertiginoso crescimento da agricultura capitalista no Brasil, indutora da modernização de propriedades de todos os tamanhos. Inclusive o minifúndio, principalmente aquele incluído em grandes redes de fornecedores da agroindústria.

Como o "latifúndio improdutivo" foi, na prática, extinto pela agricultura de mercado, ligada ao mundo e às bolsas de commodities, passou a haver falta de terra boa para distribuir. O avanço da agricultura, então, esvaziou a antiga proposta de distribuição de terras. Há, inclusive, redução da população no campo, por força da urbanização do país, um processo clássico, universal. Daí o MST se voltar contra a grande propriedade produtiva. Outro erro, pois, assim, o movimento deixa de ser social para incorrer no Código Penal.

PR – Incra conquista novo imóvel rural e resolve conflito agrário de 13 anos – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 05/04/2013

Uma decisão judicial expedida nessa quinta-feira (04/04) estabeleceu ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a posse da fazenda Santa Laura, localizada no município de Carlópolis, região do Norte Pioneiro Paranaense. Com essa decisão da justiça federal, a autarquia federal está habilitada a assentar famílias de trabalhadores rurais sem terra no local.

A Fazenda Santa Laura, que possui 504,7 hectares, foi vistoriada, decretada como improdutiva e, conseqüentemente, desapropriada. Segundo o superintendente do Incra/PR, Nilton Bezerra Guedes, como não há famílias ocupando a área e reivindicando a terra, a autarquia federal deverá assentar no local famílias que estavam acampadas em outros municípios do estado.

Essa decisão impactará diretamente na vida de 80 famílias que vivem a cerca de 400 quilômetros do imóvel rural, no município de Guairaçá, na região Noroeste do estado. As famílias deverão ser transferidas para a nova área adquirida pelo Incra, que dará lugar a um projeto de reforma agrária. "As famílias já estavam acampadas há nove anos na fazenda Santa Filomena e estão sob ameaça de despejo desde agosto de 2012. Através dessa conquista jurídica, resolvemos, de forma pacífica, o principal conflito agrário no estado", completou Guedes.

O Incra iniciará o transporte das famílias acampadas em Guairaçá para o assentamento a ser criado em Carlópolis já na próxima semana. "Na próxima terça-feira (09) iniciaremos os trabalhos de transporte das famílias para um local onde, além da terra, terão todos os programas de governo federal garantidos, para que se produza com qualidade e preservando o meio ambiente", conclui o superintendente.

Nova vida

Após a criação do projeto do Incra na Fazenda Santa Laura, cada grupo assentado assinará com o Instituto um Contrato de Concessão de Uso (CCU), documento que expressa os direitos e obrigações do beneficiário da reforma agrária. Entre os deveres, estão a obediência à legislação ambiental e a não comercialização da área, que continuará sob propriedade da autarquia até a emancipação do assentamento.

No Paraná, são 18.290 famílias assentadas, em 320 projetos de assentamento, abrangendo 420.946,75 hectares incorporados pela reforma agrária. O Incra ainda possui outros 106 processos de aquisição de áreas a serem obtidas de diversas formas, seja por desapropriação de terras, processos de "compra e venda" ou por aquisições de áreas de forma não onerosa, via arrecadação terras públicas ou adjudicação.

Incra entrega títulos definitivos a assentados no Amapá – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 05/04/2013

Assentados ocupantes de 52 lotes de reforma agrária no Amapá receberam, nesta quinta-feira (4), os títulos definitivos nas áreas onde moram e produzem. São 51 títulos repassados às famílias do projeto de assentamento Irineu e Felipe, enquanto que um para o assentamento Itaupal – todos no município do mesmo nome.

A entrega foi feita pela superintendente do Incra no Amapá, Maria Assunção Almeida, pelo assegurador da Titulação, Edmundo Braga, e pela chefe da Administração, Maria José Leite. A assentada Claudete Ramos Brazão se emocionou ao receber o Título Definitivo do lote que ocupa no Projeto de Assentamento Itaupal.

A Superintendência do Incra/AP tem entre suas metas, neste ano de 2013, agilizar o processo de titulação para que os assentados tenham o seu documento de posse da terra em mãos. No assentamento Irineu e Felipe faltam entregar 139 títulos, pois a área possui 190 famílias assentadas. O Irineu e Felipe tem capacidade para abrigar 213 famílias. Até o final deste ano de 2013 serão entregues 70 títulos para as famílias do assentamento Irineu e Felipe.

A Superintendência Regional do Incra no Amapá até o final do ano para entregar, em todos os assentamentos do estado, 250 Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), 100 Contrato de Concessão de Uso (CCU) e 200 Títulos Definitivos – que é a sequência das atividades de supervisão ocupacional.

Reforma agrária tem novos critérios definidos. João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo, Poder. 05/04/2013

Depois de dois anos, a gestão Dilma Rousseff deu forma legal ao seu novo modelo de reforma agrária.

Portarias publicadas nos últimos dois meses delinearão o projeto já em andamento de desacelerar a obtenção de áreas para tentar melhorar os precários assentamentos, apelidados pelo ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral) de "favelas rurais".

As normas indicam uma reforma agrária para ajudar a cumprir a principal promessa de Dilma: erradicar a miséria (ganho mensal per capita de R\$ 70) até 2014.

Antes, para desapropriar uma fazenda, a Presidência precisava ter somente um laudo demonstrando que o local era improdutivo. Agora, com as novas regras, será necessário também um estudo que comprove a capacidade de geração de renda do imóvel.

Paralelamente, o governo calculará por meio de um laudo de vistoria e avaliação o custo do imóvel por família --com limites fixados em outra portaria. No bioma amazônico no Norte, por exemplo, esse valor é de R\$ 90 mil.

Além de improdutiva, a terra terá de ser capaz de sustentar seus ocupantes e ter um preço considerado aceitável.

Para combater a miséria, todos os assentados agora têm de estar no Cadastro Único de programas sociais (que dá direito a receber o Bolsa Família, por exemplo).

Entre os fatores a combinar para a escolha das áreas para reforma agrária, constam a "densidade de população em situação de pobreza extrema" e a "existência de ações no âmbito do plano Brasil sem Miséria".

Além dos pobres, outro foco são os jovens, sob o argumento de renovar o programa. Uma das normas estabelece cota de 5% das áreas obtidas para pessoas de até 29 anos, em assentamentos com ao menos 20 lotes. Casais gays terão os mesmos direitos dos heterossexuais.

As normas concretizam o que já vinha ocorrendo na prática. Favorecida por uma fraca pressão política, resultado do encolhimento das organizações de sem-terra, Dilma é a presidente que menos assentou em mais de 20 anos.

"O governo Dilma não enfrenta o latifúndio", diz Alexandre Conceição, da coordenação nacional do MST.

O presidente do Incra, Carlos Guedes, defende o novo modelo como "uma mudança profunda" e "um aperfeiçoamento importante".

Reforma de base. Cristovam Buarque – O Globo, Opinião. 06/04/2013

A terra deixou de ser o principal recurso para o crescimento e a justiça social. Agora é a vez do conhecimento

Esta semana fez 49 anos do golpe militar de 1964 que, além de tentar barrar a influência socialista neste lado da Cortina de Ferro, visava a impedir as Reformas de Base que o

governo Goulart se propunha a fazer. As reformas eram uma necessidade para desamarrar nossos recursos econômicos improdutivos e distribuir melhor o produto de nossa economia. Especialmente a terra, amarrada então por latifúndios improdutivos, e a mão de obra sem instrução e impedida de trabalhar na terra. A reforma agrária visava a liberar terras ociosas e a utilizar mão de obra ociosa no campo.

As elites brasileiras temiam perder o controle sobre os recursos de sua propriedade e em consequência a renda que os recursos lhes proporcionavam. Ao mesmo tempo, as forças internacionais e os militares brasileiros temiam que as reformas de base fossem passos para libertar o Brasil do bloco dos países ocidentais e levá-lo para o bloco socialista. A guerra fria no mundo, o egoísmo no Brasil e o sentimento anticomunista de militares levaram ao golpe que barrou as reformas, atrelou o Brasil ao bloco capitalista e implantou uma ditadura por 21 anos.

Mesmo com as reformas abortadas, o Brasil conseguiu crescer, mas criou uma vergonhosa desigualdade social, implantando cidades que são verdadeiras “monstrópolis”. Graças à ciência e à tecnologia, o nosso campo ficou dinâmico, mas vulnerável porque ainda depende da demanda externa por nossas commodities. Mesmo tendo crescido, o Brasil ainda precisa fazer reformas de base em sua estrutura social e econômica. A reforma agrária já não visa a liberar recursos porque a mão de obra já emigrou e a tecnologia usa a terra em latifúndios produtivos. A terra deixou de ser o principal recurso para o crescimento econômico e a justiça social. Agora é a vez do conhecimento.

A grande reforma do século XXI é a reforma no sistema educacional, que permitirá a liberação do imenso patrimônio intelectual latente de um povo à espera de uma educação capaz de induzir o crescimento de uma nova economia e de quebrar o círculo vicioso da pobreza social. O objetivo da reforma educacional é fazer com que cada menino ou menina do Brasil tenha acesso à escola com a mais alta qualidade, não importa a cidade onde viva nem a renda de sua família. Os pequenos avanços nos últimos 30 anos não têm permitido um salto nem na qualidade nem na igualdade, cujo caminho da reforma é a federalização da educação de base. A federalização fará com que cada uma das 200 mil escolas públicas tenha pelo menos a mesma qualidade das atuais 431 escolas federais de educação de base. Para isso, é preciso fazer com que cada criança receba do Brasil o mesmo investimento na sua educação, a fim de possibilitar o seu desenvolvimento pessoal e o desenvolvimento do país.

Quarenta e nove anos depois, o Brasil continua esperando as reformas que liberem nossos recursos das amarras que os aprisionam, mas, agora, a reforma da educação de base é a reforma de base para o século XXI.

Cristovam Buarque é senador (PDT – DF)

Incra/MA discute conflitos agrários na Região Tocantina – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 08/04/2013

A Superintendência Regional do Incra no Maranhão participou na quinta-feira (4) de uma audiência pública para tratar de conflitos fundiários em imóveis localizados em terras da União, na Região Tocantina. A reunião foi uma solicitação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e aconteceu durante a manhã, na sede da Unidade Avançada do Incra em Imperatriz.

Foram selecionadas áreas prioritárias para os debates, entre elas, Cipó Cortado e Batata da Terra, no município Senador La Rocque, e Ouro Preto, em Amarant. “Esperamos sair daqui com um procedimento que possa ser adotado para resolver conflitos existentes em outras áreas também em terras da União”, afirmou a coordenadora do MST na região, Gilvânia Ferreira.

As discussões, no entanto, centralizaram-se nos litígios em Cipó Cortado, que se arrastam há mais de dez anos e que são resultados de grilagens ocorridas nas décadas de 70 e 80 do século XX, em terras da União. Atualmente, os 7.200 hectares dessa área estão sendo arrecadados pelo Programa Terra Legal, mas devido à existência de várias ações na Justiça, os conflitos ainda estão sem definição judicial.

Para o superintendente regional do Incra no Maranhão, José Inácio Rodrigues, as questões jurídicas acabam travando as soluções para os litígios e dificultando o atendimento dos agricultores. “Só o empenho do Incra às vezes não é suficiente para solucionar as questões na luta pela terra, daí a importância desse esforço conjunto”, afirmou

Acordos

Ao final ficou acertado que uma área de 2.800 hectares, pertencente ao imóvel Cipó Cortado e que não possui ações judiciais, será arrecadada pelo Programa Terra Legal e destinada ao Incra para assentamento dos agricultores. O Terra Legal comprometeu-se - por meio de sua superintendente nacional de regularização fundiária, Shirley Nascimento -, a iniciar a demarcação do perímetro dessa área, dentro de 30 dias.

A outra parte, com pendências na Justiça, vai integrar uma agenda a ser debatida com outros entes como a Ouvidoria Agrária Nacional e o Ministério Público Federal a fim de discutir procedimentos que agilizem a solução dos impasses. A reunião para discutir esta agenda deverá acontecer nos próximos 15 dias e vai incluir também os imóveis Batata da Terra, Ouro Preto, Toca da Raposa e Mata Verde, todos sob análise da Justiça.

Ainda na tentativa de resolver os conflitos agrários na região, o superintendente do Incra, a superintendente do Terra Legal, coordenadores do Terra Legal no estado, defensor público estadual e representantes dos trabalhadores rurais estiveram em audiência na Justiça Federal. Foi solicitado prioridade na análise dos processos

buscando solucionar os conflitos pela posse da terra, entre eles, os referentes aos imóveis Invenção Gameleira, Batata da Terra, Arizona, Ouro Preto e Mata Verde.

O defensor público estadual, Fábio Machado, presente na audiência, pediu mais celeridade às ações. “Muitas questões ficam pendentes na Justiça, prejudicando os agricultores e acirrando os conflitos”, afirmou.

Também participaram da audiência coordenadores do Programa Terra Legal no Maranhão, Jowberth Alves e Ary Kurz, O chefe da Unidade do Inbra em Imperatriz, Cloves Carvalho e representantes do MST e da Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura no estado do Maranhão (Fetaema). (Material atualizado às 10h45min, de 09.04.2013)

Terra Legal firma nova parceria para acelerar regularização fundiária no Acre – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 08/04/2013

O Programa Terra Legal, iniciativa coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) firmou, nesta segunda-feira (8), em reunião com o Instituto de Terras do Acre (Iteracre) e a prefeitura municipal de Rio Branco, parceria para acelerar o processo de destinação de terras federais na região metropolitana do estado.

“Nossa intenção é em conjunto com a prefeitura acelerar ainda mais o processo de regularização fundiária dos agricultores que moram na região metropolitana, assim como o Iteracre tem realizado. Este tipo de parceria é fundamental para atender a demanda da sociedade”, destacou Antônio Brana, coordenador estadual do programa. Durante a reunião, o diretor-presidente do Iteracre, Glenilson Araújo Figueiredo, apresentou o balanço do trabalho promovido em parceria com o Terra Legal.

Segundo Figueiredo, com recursos do convênio assegurados pelo governo federal, o Iteracre já conseguiu georreferenciar 120 mil hectares em 1.150 posses. “Atuamos com muito afinco para acelerar a titulação dos posseiros das terras estaduais e já medimos mais da metade das posses previstas para titular. Isso só foi possível devido ao apoio do Governo Federal”, enfatizou o diretor ao realçar que já foram titulados pelo Instituto trezentas propriedades da agricultura familiar – tudo com recursos do Terra Legal.

Para Sérgio Lopes, secretário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (Serfal/MDA), a parceria com os estados é fundamental para qualificar o atendimento aos agricultores familiares. “Em muitos locais, as terras federais e as estaduais estão próximas e não nos parece correto, atender somente um dos dois públicos. Assim, os convênios com os estados são de suma importância para garantir a segurança jurídica e o desenvolvimento sustentável da Amazônia”, avaliou o secretário.

Por meio do convênio, o Terra Legal está repassando mais de R\$ 12, 5 milhões para o Iteracre atuar na regularização fundiária. São duas mil posses da agricultura familiar

com área até 1 módulo fiscal em seis municípios: Feijó, Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Manoel Urbano, Sena Madureira e Tarauacá.

Programa Terra Legal Amazônia

Criado em 2009, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e executado em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Programa Terra Legal Amazônia tem como objetivo regularizar áreas e imóveis localizados em terras públicas federais não destinadas na Amazônia Legal. Incluem-se nessa classificação aquelas que não sejam consideradas reservas indígenas, unidades de conservação, marinha, locais reservados à administração militar e florestas públicas.

Produtores da agricultura familiar e comunidades locais têm prioridade no atendimento do Terra Legal. Os benefícios do programa são diversos, com destaque para a redução do desmatamento e o aumento da produtividade dos agricultores familiares. Ao receber o título de propriedade do terreno, o dono se compromete a cumprir os requisitos legais, como manter a área de preservação permanente ou reflorestar áreas desmatadas.

Incra e Embrapa debatem agenda estratégica para a reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 09/04/2013

O presidente do Incra, Carlos Guedes, e o presidente da Embrapa, Maurício Lopes, reuniram-se nesta terça-feira (9), em Brasília, para debater formas de atuação conjunta para alavancar e desenvolver o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) no País. A proposta interinstitucional é atuar em três eixos prioritários: Gestão Territorial, Transferência de Tecnologia e Gestão de Pessoas. Para isso, será formado um grupo de trabalho com técnicos do Incra e da Embrapa para desenhar as ações e apresentá-las em 60 dias.

A audiência foi acompanhada pelos diretores de Desenvolvimento, César Aldrighi, de Obtenção de Terras, Marcelo Afonso, e de Estrutura Fundiária, Richard Torsiano.

Em sua exposição, Guedes apontou que os assentamentos da reforma agrária representam 87 milhões de hectares e abrigam cerca de um milhão de famílias rurais em todo o Brasil. Embora tenha conhecimento físico e cartográfico dessas áreas, o Instituto enfrenta dificuldade para interpretar e acompanhar o uso da terra. “As 47 unidades da Embrapa e suas pesquisas são fundamentais para nos ajudar a qualificar nossos estudos de capacidade produtiva, qualidade da produção e geração de renda”, frisou Guedes.

O presidente propôs ainda a criação, juntamente com a Embrapa, de um índice de sustentabilidade para as áreas de reforma agrária. Ele lembrou que os números não podem ser iguais ao da produção em larga escala para mostrar a eficiência da atuação do assentado. “Temos que criar um método que não contabilize somente renda, mas que leve em consideração a qualidade de vida da família, a preservação dos recursos naturais”, exemplificou. Para dar uma ideia da importância desse indicador, Guedes

observou que dos 31 milhões de hectares sob efetiva gestão do Inbra na Amazônia, 17 milhões são de floresta preservada.

Tecnologia e Formação

Na reunião, o Inbra também manifestou interesse que os resultados das pesquisas da Embrapa cheguem aos 3 mil técnicos que prestam Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) a cerca de 280 mil famílias assentadas em diferentes regiões brasileiras. Neste aspecto, o presidente da Embrapa adiantou que a Empresa assume o compromisso de treinar multiplicadores das inovações produtivas no campo. Maurício Lopes informou que está em fase de implantação uma plataforma web para disponibilizar os estudos científicos da Embrapa.

Diante da construção dessa plataforma web pela Embrapa, Guedes adiantou que o Inbra exigirá das empresas prestadoras de assistência técnica que elas disponibilizem aos seus técnicos smartphones e tablets para que eles tenham acesso ao sistema.

Conhecida pelo incentivo à capacitação e treinamento do seu quadro, a Embrapa compartilhará sua experiência em programas de formação profissional com o Inbra, que no momento implementa sua Escola de Governo.

Audiência pública discute desocupação de imóvel rural no Tocantins – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 10/04/2013

Audiência pública realizada na quarta-feira (10), discutiu a situação das famílias acampadas entre os municípios de Palmas e Aparecida do Rio Negro (TO), que reivindicam a implantação de projeto de assentamento. O grupo faz parte da Associação dos Produtores Rurais do Acampamento Sebastião Bezerra da Silva, que ocupa atualmente a área da Fazenda Santa Rita e pleiteia a sua desapropriação para fins de reforma agrária.

O evento foi promovido pelo Ministério Público Federal com a participação do Inbra, Defensoria Pública da União, Polícia Militar Agrária e Delegacia de Repressão a Conflitos Agrários da Polícia Civil. O objetivo da audiência foi esclarecer as famílias acampadas sobre o processo de reforma agrária e orientá-las em relação ao perfil e aos critérios de seleção previstos em lei para os candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

O procurador da República Victor Manoel Mariz alertou aos ocupantes da fazenda sobre o risco de possível atraso no processo de desapropriação na hipótese de o atual proprietário leve o caso à Justiça. Mariz explicou os critérios para seleção de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária estabelecidos por norma de execução do Inbra e portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário. As normativas priorizam o assentamento de trabalhadores que irão usufruir do lote para sua sobrevivência e de sua família. “Pessoas que têm outra fonte de renda ou outro imóvel rural, comerciantes,

funcionários públicos que porventura estejam pleiteando o direito ao assentamento estão prejudicando a luta legítima dos trabalhadores”, afirmou Mariz.

Apuração de denúncias

O superintendente regional do Incra, Ruberval Gomes da Silva explicou que o acesso à terra é um direito do trabalhador rural, mas que a ocupação do imóvel e a venda ilegal de lotes pela associação na área, que é privada, prejudica o processo de fiscalização do imóvel e a desapropriação do imóvel para fins de reforma agrária. Ele destacou que o Incra não orienta e não recomenda a ocupação irregular de áreas, assim como a adoção de práticas ilegais, como venda de lotes e desmatamento. “Quem não se enquadrar nos requisitos do Programa de Reforma Agrária, tiver comprado lote e investido na área será prejudicado, pois esta é uma situação ilegal.”

A delegada Gladis Graciela Cury falou que há um inquérito policial para apurar as denúncias de crimes cometidos na área, como ameaças, despejos de acampados, derrubadas de barracos, venda de lotes e cobrança para demarcação de parcelas por parte da associação. Ela afirmou que tais atos, mesmo que deliberados pela associação e previstos em ata, são ilegais. Nos dias 11 e 12 de abril, a delegada comprometeu-se a ouvir as denúncias e os relatos das famílias acampadas, na Delegacia de Repressão a Conflitos Agrários, para conclusão do inquérito.

Muitos trabalhadores alegaram que já têm lavouras plantadas e criações de animais em lotes na fazenda Santa Rita e que podem ter prejuízos com a saída da área para a vistoria. A este respeito, o defensor público da União Matheus Figueiredo afirmou que este problema social advém da ocupação irregular do local e que pode haver prejuízos por parte de alguns trabalhadores que investiram. “Não há garantia que as pessoas, mesmo sendo beneficiadas pela reforma agrária, irão ser assentadas nas mesmas áreas que ocupam hoje. O que podemos fazer é buscar alternativas para que as perdas sejam minimizadas”, disse.

Compromissos

A Associação dos Produtores Rurais do Acampamento Sebastião Bezerra comprometeu-se a desocupar espontaneamente o imóvel para o Incra proceder com a vistoria de fiscalização da área.

O advogado Ailtamar Carlos da Silva, procurador dos proprietários da fazenda, participou da audiência e afirmou que não haverá oposição ao processo de desapropriação, e que o Incra estará autorizado a realizar a vistoria assim que a área estiver desocupada.

A autarquia agrária vai realizar o cadastramento das famílias e a vistoria de fiscalização da propriedade, a partir do dia 22 de abril, desde que seja promovida a desocupação do imóvel.

No final da audiência, o Incra distribuiu nota aos participantes sobre o perfil e os critérios de seleção dos candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária a fim de orientar as famílias acampadas.

Incra e Embrapa debatem agenda estratégica para a reforma agrária – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 10/04/2013

O presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) – autarquia ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário –, Carlos Guedes, e o presidente da Embrapa, Maurício Lopes, reuniram-se, em Brasília, para debater formas de atuação conjunta para desenvolver o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) no País. A proposta interinstitucional é atuar em três eixos prioritários: Gestão Territorial, Transferência de Tecnologia e Gestão de Pessoas. Será formado um grupo de trabalho com técnicos do Incra e da Embrapa para desenhar as ações e apresentá-las em 60 dias.

Guedes apontou que os assentamentos da reforma agrária representam 87 milhões de hectares e abrigam cerca de um milhão de famílias rurais em todo o Brasil. Embora tenha conhecimento físico e cartográfico dessas áreas, o Incra enfrenta dificuldade para interpretar e acompanhar o uso da terra. “As 47 unidades da Embrapa e suas pesquisas são fundamentais para nos ajudar a qualificar nossos estudos de capacidade produtiva, qualidade da produção e geração de renda”, ressaltou Guedes.

O presidente propôs ainda a criação, juntamente com a Embrapa, de um índice de sustentabilidade para as áreas de reforma agrária. Ele lembrou que os números não podem ser iguais ao da produção em larga escala para mostrar a eficiência da atuação do assentado. “Temos que criar um método que não contabilize somente renda, mas que leve em consideração a qualidade de vida da família e a preservação dos recursos naturais”, exemplificou. Para dar uma ideia da importância desse indicador, Guedes observou que dos 31 milhões de hectares de florestas preservadas na Amazônia, 17 milhões são áreas de assentamento.

Tecnologia e Formação

O Incra também manifestou interesse que os resultados das pesquisas da Embrapa cheguem aos três mil técnicos que prestam Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) a cerca de 280 mil famílias assentadas em diferentes regiões. O presidente da Embrapa adiantou que a empresa assume o compromisso de treinar multiplicadores das inovações produtivas no campo. Maurício Lopes informou que está em fase de implantação uma plataforma web para disponibilizar os estudos científicos da Embrapa.

Diante da construção dessa plataforma web pela Embrapa, Guedes adiantou que o Incra exigirá das empresas prestadoras de assistência técnica que elas disponibilizem aos seus técnicos smartphones e tablets para que eles tenham acesso ao sistema. Conhecida pelo incentivo à capacitação e treinamento do seu quadro, a Embrapa compartilhará sua

experiência em programas de formação profissional com o Incra, que no momento implementa sua Escola de Governo.

Incra destina cinco por cento dos lotes da reforma agrária para jovens – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 11/04/2013

A partir deste ano, cinco por cento dos lotes da reforma agrária em todo o Brasil serão destinados aos jovens do meio rural. Isso é o que determina a Portaria N° 6, de 31 de janeiro de 2013, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O terceiro parágrafo do sétimo artigo da referida Portaria tem o seguinte texto: "Nos assentamentos com vinte lotes ou mais, havendo demanda, deverão ser reservadas até 5% (cinco por cento) das suas parcelas para o assentamento de jovens trabalhadores rurais solteiros, com idade não superior a 29 (vinte e nove) anos, residentes ou oriundos no meio rural, e que nele desejem permanecer ou a ele retornar".

Também o artigo oitavo da portaria beneficia jovens – cujos pais tenham dois ou mais descendentes e que sejam assentados ou agricultores familiares –, como prioritários no assentamento em lotes vagos em decorrência de desistência, abandono ou retomada, localizados em projetos de assentamentos do Incra.

Algumas superintendências regionais do Incra já estão aplicando a determinação da portaria, como a do Mato Grosso do Sul. O projeto de assentamento Nazareth, situado em Sidrolândia (MS), e com 2.500 hectares, será o primeiro do estado a reservar o percentual de lotes para assentar jovens.

Segundo o superintendente do Incra no estado, Celso Cestari, "os jovens terão atrativos para desenvolver atividades rurais, como por exemplo, recursos para se tornarem grandes produtores rurais, tais como assistência técnica e financiamento à agroindustrialização".

Cestari ressaltou que os incentivos dados pela reforma agrária à juventude chegam acompanhados de uma escolaridade compatível com o que está exigindo as novas tecnologias de produção agrária. Neste sentido, lembrou a parceria estabelecida com a Universidade Federal da Grande Dourados que vai implantar um campos no assentamento Eldorado, em Sidrolândia – município que concentra o maior número de assentamentos no estado, com 20 unidades.

De acordo com o superintendente, a reforma agrária está mudando para ser cada vez melhor. "Além da oportunidade dada aos jovens, estamos aplicando meios para acelerar o início da produção entre os novos assentados". Um dos exemplos citados pelo gestor é a assistência técnica, que será iniciada imediatamente ao acesso do beneficiário à terra. "De um modo geral são várias as novidades empregadas a partir deste ano. Podemos destacar também o programa Minha Casa Minha Vida Rural, para a construção das moradias nos assentamentos".

Nesse seguimento de novidades, existe um destaque no sistema de crédito que é o Terra Forte, ainda conforme explicou Cestari. "O programa Terra Forte está disponibilizando inicialmente R\$ 300 milhões para a industrialização nos assentamentos do Incra. Não existe teto para os empréstimos que serão liberados pelo BNDES, Fundação Banco do Brasil, MDA e Ministério do Desenvolvimento Social".

Finalmente, o superintendente reafirmou a necessidade de cada um dos interessados em ser inseridos no programa de reforma agrária, estar inscrito no cadastro único, o CadÚnico, do Governo Federal. As inscrições podem ser feitas nas prefeituras municipais.

Além da portaria 7, já citada, o MDA também publicou as de número cinco - que trata dos procedimentos administrativos para o rito de obtenção de imóveis rurais, para fins de reforma agrária -, e seis, esta sobre a priorização do Incra para regiões e áreas onde a concentração fundiária esteja associada à pobreza extrema e à baixa produtividade.

Oficina internacional debate governança fundiária – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 12/04/2013

Promover o nivelamento e estabelecer o intercâmbio das políticas de governança da terra - ordenamento e regularização fundiária e instrumentos de acesso à terra – a partir das experiências trazidas pelos representantes de governo da Argentina, Uruguai, México e França. Esses são os objetivos da Iª Oficina Internacional de Governança Fundiária, que ocorrerá em Brasília, de 15 a 17 de abril.

Promovida pela Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA), por meio do projeto de cooperação com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a oficina busca orientar, também, atividades futuras que servirão de subsídio para o Iº Seminário Internacional de Governança Fundiária, que será realizado no Brasil, em 2014.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, a representante da Agrosup/INRA/França, Yannick Sencébé e o representante da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura no Brasil (FAO), Alan Bojanic, abrem os trabalhos da Iª Oficina com um painel sobre o Desenvolvimento Rural e Ordenamento Fundiário: perspectivas e desafios contemporâneos.

Na avaliação do secretário de Reordenamento Agrário (SRA), Adhemar Almeida, a oficina é o início de um importante processo de debate político e técnico em torno do ordenamento fundiário. "Por meio de intercâmbio com países parceiros poderemos aprofundar a discussão sobre a gestão fundiária, além de obter subsídios que nos permitirão formular propostas para o aprimoramento dos mecanismos de gestão da malha fundiária brasileira", destaca Almeida.

Programação

Dando sequência às atividades do primeiro dia (15/04) haverá ainda apresentação das ações previstas na parceria entre o MDA e a UFSC, que será feita pelo coordenador do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate) e do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da UFSC, Prof. Ademir Cazella. À tarde, serão apresentadas as Experiências de Ordenamento Fundiário da França e Uruguai.

No segundo dia do evento (16/04), os participantes terão a oportunidade de conhecer ações Regularização Fundiária - cadastro técnico e georreferenciamento de imóveis rurais – bem como Experiências e Políticas de Acesso à Terra, que vêm sendo desenvolvidas na Argentina, Uruguai, México, França e Brasil.

O terceiro e último dia (17/04) será dedicado a discussão dos elementos necessários para a construção de uma agenda de políticas públicas de ordenamento fundiário e acesso à terra no Brasil. Participam do debate movimentos sociais de trabalhadores na agricultura – CONTAG, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e FETRAF/Brasil –, o representante da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), Octavio Sotomayor, e o Prof. Ademir Cazella da UFSC.

Um pouco mais sobre o programa

O Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária do MDA viabiliza aos agricultores familiares a permanência na terra, por meio da segurança jurídica da posse do imóvel. Atende as áreas rurais devolutas de domínio estadual e consiste numa ação social que, por meio do reordenamento agrário, garante a segurança jurídica aos agricultores familiares e o acesso às demais políticas públicas do governo, entre elas o crédito rural e a assistência técnica.

Permite o conhecimento da situação fundiária brasileira, tornando-se um instrumento para o planejamento e a proposição de políticas públicas locais. As áreas prioritárias de atuação são aquelas nas quais há ocorrência de posses passíveis de titulação, concentração de pequenas propriedades, bem como áreas onde existam projetos de desenvolvimento territorial e local.

A atualidade da luta pela Reforma Agrária. Arlete Sampaio – Site do MST. 12/04/2013

Deputada distrital pelo PT/DF

Este ano o Distrito Federal realizará a I Semana Distrital de Luta pela Reforma Agrária e de Disseminação de Formas Não Violentas para a Resolução de Conflitos, instituída pela Lei 5.071/2013, de minha autoria.

O objetivo da Semana é desenvolver atividades para debater a questão agrária, proporcionar reflexões sobre formas de prevenir a violência no campo, construir espaços de diálogo, firmar acordos e promover uma cultura de paz.

A escolha da realização da semana no dia dezessete de abril é uma forma de rememorar o Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996. Com efeito, as dezenove castanheiras queimadas, que foram colocadas na curva do S, onde ocorreu o massacre, em Eldorado dos Carajás, representam não apenas as dezenove vítimas fatais da sangrenta ação executada pela PM do Pará, mas também suas famílias, companheiros sobreviventes e trabalhadores que tombaram em outros massacres, chacinas e emboscadas, em 500 anos de história de nosso País.

O fato, ainda latente em nossa memória, impõe-nos a obrigação de debater a questão agrária e a violência no campo para buscar a resolução de conflitos de forma não violenta. De fato, a luta pela Reforma Agrária no Brasil, que ganhou mais visibilidade com a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no início dos anos 80, é uma resposta à histórica concentração da propriedade da terra em nosso País e aos conflitos decorrentes dessa realidade.

A reprodução da violência no campo também se deve à impunidade dos agentes que cometem os crimes: os 155 policiais militares executores diretos do Massacre de Eldorado dos Carajás foram absolvidos e o então Governador do Estado do Pará, Almir Gabriel, e seu Secretário de Segurança Pública, Paulo Sette Câmara, não foram sequer indiciados por terem determinado a execução da ação. Na verdade, apenas dois comandantes – o coronel Mário Colares Pantoja e o Major José Maria Pereira de Oliveira – foram condenados.

O Massacre de Eldorado dos Carajás evidencia o despreparo dos agentes estatais para lidar com os problemas sociais, em especial com os conflitos no campo, além de expor a morosidade e a ineficiência da Justiça, a falta de instrumentos para realizar mediação de conflitos e ações públicas efetivas de combate à violência no campo.

Embora o art. 184 da Constituição Federal de 1988 determine a desapropriação de imóveis rurais que não cumpram sua função social, a efetivação desse direito pelo Estado ainda não foi capaz de alterar a estrutura fundiária do País, seja pelos entraves burocráticos que enfrenta, pelos impasses judiciais, ou pela força dos interesses do agronegócio, dentre outras razões.

No Distrito Federal, apesar da proporcionalmente pequena área rural diante da magnitude do funcionalismo público, a luta pela terra sempre esteve presente nas reivindicações dos movimentos sociais, seja pela proximidade com o Poder Público Federal, seja pela possibilidade que a reforma agrária representa de superar a pobreza rural.

Atento a essas reivindicações, o Governo Distrital tem adotado, desde o ano passado, algumas medidas que já começam a gerar os primeiros resultados. Exemplo disso é o diálogo estabelecido entre o GDF, a Ouvidoria Agrária Nacional e os movimentos sociais ligados ao tema, entre outras instituições – o que proporcionou a resolução pacífica de conflitos em reintegrações de posse determinadas pela Justiça.

Outras medidas positivas foram a criação pelo GDF do Fórum Distrital de Políticas de Reforma Agrária e a implantação do Programa de Assentamento de Trabalhadores Rural – PRAT, instituído pela Lei 1.572/1997, efetivado por meio da nomeação dos Conselheiros do Conselho de Política de Assentamento. O GDF ainda estabeleceu parcerias com o INCRA e criou, na TERRACAP, a Diretoria Extraordinária de Regularização de Imóveis Rurais, entre outras ações.

Além disso, o Executivo Distrital, por meio da SEDEST, trabalha para facilitar o acesso das famílias assentadas no DF às políticas sociais, como o Programa Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida Rural. Investe, ainda, em políticas distritais, como o DF Sem Miséria e o Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura (PAPA).

O Ministério Público e a TERRACAP, em 2006, firmaram entre si o Termo de Ajustamento de Conduta 018/2006, voltado à regularização ambiental das terras públicas do DF, com medidas destinadas a fiscalizar e a garantir a função socioambiental da propriedade rural. Trata-se de termo de observância obrigatória, que constitui importante instrumento para regularização fundiária e para exigência do cumprimento da função socioambiental das terras públicas do DF.

Todas essas ações são fundamentais para garantir o acesso à terra e instituir formas de mediação de conflito, evitando, assim, episódios como o Massacre de Eldorado dos Carajás, que completa dezessete anos na próxima quarta-feira.

Enfim, somente medidas afirmativas de democratização do acesso à terra, de fortalecimento da agricultura familiar por meio dos assentamentos, de realização da Reforma Agrária e de instituição de instrumentos para prevenção de conflitos porão fim à violência no campo.

Ruralistas querem mudar lei para bloquear reforma agrária. Carlos Marés – Site do MST. 12/04/2013

*Doutor em Direito do Estado
Especial para o Viomundo*

Está para ser votado na Câmara dos Deputados o novo texto do Código de Processo Civil (CPC). Quero destacar, dentro do conjunto das discussões, pontos que procuram dar efetividade processual ao que ficou consagrado na Constituição Federal como função social do imóvel rural (arts. 184 e seguintes). Pontos estes que a bancada ruralista já se insurge contra qualquer normatização.

Primeiro, trata-se da proposta de se estabelecer audiências prévias de conciliação entre as partes e seus representantes legais, em casos de litígio coletivo pela posse ou propriedade de imóvel urbano ou rural, antes do exame do requerimento de concessão da medida liminar por um juiz.

Os ruralistas chamam esta audiência de aberração, em uma arrogante postura de considerar que, em todos os conflitos possessórios, o indivíduo tem sempre a verdade contra o coletivo.

Explico que este dispositivo tem o objetivo de evitar um conflito maior e ampliar as possibilidades de sua solução. Afinal, a razão de ser do Poder Judiciário é resolver conflitos. Temos assistido que algumas ordens de liminares, sem prévia audiência, têm gerado mais violência e mais injustiça, além aumentar o conflito, como ocorreu no caso Pinheirinho, em São Paulo.

Outro dispositivo trata da presença do juiz na área de conflito, sempre que necessário à efetivação da tutela jurisdicional. Isto é deveras importante para decisões mais justas e efetivas. É importante ressaltar que o juiz deve estar atento ao cumprimento da função social da propriedade rural.

É importante que o juiz requisite aos órgãos da administração direta ou indireta da União, do Estado ou do Distrito Federal e do município informações fiscais, previdenciárias, ambientais, fundiárias e trabalhistas referentes ao imóvel”, exatamente para que verifique o cumprimento da função social tão nobremente consagrada na Constituição Federal.

Se os institutos jurídicos criados pela Constituição e pelas leis não têm forma processual de realização, tornam-se letra morta no sistema. O contrário disto incorre o princípio que há crime e, portanto, não deve ser chamado um juiz para dirimi-lo, mas apenas uma ordem judicial para a ação das milícias. Isso pode levar a decisões preconceituosas, ou mesmo à prévia criminalização do coletivo.

A argumentação proveniente da ideologia das milícias não pode se sobrepor ao que a Constituição estabelece, nem mesmo a documentos como o Plano Nacional de Direitos Humanos. A discussão sobre o CPC, ao contrário do que indica a bancada ruralista, deveria ser pautada pela busca de soluções justas, civilizadas, que não necessitem a participação das polícias, nem das milícias. A discussão é tão somente saber se aqueles dispositivos processuais melhoram ou não a convivência social.

Carlos Marés é professor de Direito Agrário e Ambiental da PUC-PR. Autor do livro “Função Social da Terra”, pela Editora Sérgio Fabris.

ESPECIAL-Brasil tenta acertar erros do passado com índios. Caroline Stauffer – O Globo, País. 12/04/2013

MARÃIWATSÉDÉ, Mato Grosso, 12 Abr (Reuters) - Damião Paridzané tinha 9 anos de idade, em 1966, quando ele e centenas de outros índios xavantes foram colocados dentro de um avião de carga da Força Aérea Brasileira (FAB).

O governo, ávido por uma fatia de terra fértil na região central do país para a agricultura comercial, levou os índios para uma nova reserva a 400 quilômetros de distância.

Paridzané lembra que muitos amigos morreram de sarampo, enquanto outros entraram em confronto com tribos rivais que foram forçadas a compartilhar a mesma área.

Quase meio século após a expulsão, os xavantes estão de volta, e Paridzané usa com orgulho seu cocar colorido. Nestes dias, é o "homem branco" que está sendo forçado a sair. Enquanto o governo da presidente Dilma Rousseff tenta corrigir os erros do passado, foram expulsos cerca de 7.000 agricultores e outros colonos, e suas lavouras foram transformadas em reserva para que os xavantes pudessem voltar para casa.

"Aqui é território tradicional", disse Paridzané. "Não tem nada a ver com brancos, fazendeiros, empresários de fora do Brasil. Aqui o território é dos xavantes."

Mas esta não é uma história feliz para sempre. Surgiram confrontos violentos. Os agricultores têm contestado as expulsões no Supremo Tribunal Federal (STF). A cidade deixada para trás pelos colonos está em ruínas.

O conflito destaca os riscos enfrentados pelo país, uma potência agrícola. O governo tenta resolver séculos de disputas étnicas envolvendo a propriedade de terras de onde brota grande parte da riqueza do país.

Mais de 100 anos depois que os Estados Unidos terminaram de delimitar suas reservas indígenas, o Brasil é um dos poucos países da América Latina, incluindo Colômbia e Panamá, que ainda está redistribuindo terras. Mas o governo conseguiu ir um pouco mais longe, retirando não-índios de terras indígenas.

A quantidade de terra no caso dos xavantes "é relativamente pequena", aproximadamente do tamanho de Londres. E o Brasil geralmente tem um bom histórico de proteger os direitos de propriedade dos moradores locais e estrangeiros.

O governo ofereceu reassentar alguns agricultores, mas não todos. No entanto, o setor do agronegócio teme que a conservação de terras indígenas poderia gerar mais controvérsia, já que agricultores e mineiros avançam na floresta amazônica, onde algumas tribos nunca tiveram contato com o mundo exterior.

Governos da América Latina têm se esforçado para equilibrar a necessidade de desenvolvimento econômico com os direitos de uma comunidade indígena que representa cerca de 10 por cento da população da região.

Nos últimos anos, essa comunidade cresceu, ganhando força política. Em 2009, o governo brasileiro retirou produtores de arroz e pecuaristas de Raposa Serra do Sol, uma área 10 vezes maior do que a reserva xavante, de 1,68 milhão de hectares, perto da fronteira com a Venezuela.

Confrontos sobre direitos da terra no Peru deixaram mais de 100 mortos nos últimos anos. Protestos indígenas adiaram planos de exploração de minas e estradas no Equador e na Bolívia. No Brasil, protestos atrasaram a construção de um dos projetos preferidos

de Dilma, o enorme complexo hidrelétrico de Belo Monte, e chamaram a atenção de celebridades como o diretor de "Avatar", James Cameron.

Alguns veem o fechamento de um ciclo, com a tribo xavante e sua terra voltando para um estado mais primitivo. Seth Garfield, professor da Universidade do Texas em Austin, que escreveu um livro sobre os xavantes, disse que a tribo era uma das poucas na região que não teve contato com os europeus antes de sua expulsão, tornando a situação particularmente cruel.

"É um fim fascinante", disse Garfield.

O acerto histórico de contas, advertem agricultores, vai ter um custo para o setor no país, um dos principais exportadores agrícolas do mundo.

O diretor-regional da cooperativa de soja Aprosoja, Gilmar Delosbel, disse que a incerteza criada pelas disputas de terras poderia fazer os agricultores pensarem duas vezes antes de avançarem para novas terras. Isso poderia, por sua vez, afetar a meta do Brasil de passar os Estados Unidos e se tornar o maior produtor mundial de soja.

"A terra que está produzindo, tem que deixar produzir alimentos, gerar riquezas pelo país", disse Delosbel.

BALAS DE BORRACHA E GÁS LACRIMOGÊNICO

A quantidade de terra em jogo em Marãiwatsédé, um trecho de cerrado perto da Amazônia e a cerca de 375 quilômetros a noroeste de Brasília, é de quase 165.000 hectares. Mas os acontecimentos dos últimos seis meses foram dramáticos o suficiente para chamar a atenção de todo o país.

A pedido dos xavantes, o governo derrubou muitas das casas, silos de grãos, escolas e outros rastros deixados por agricultores que ocuparam a área nos últimos 50 anos.

Índios usam rifles para caçar o gado deixado pelos fazendeiros em busca de carne. Cães abandonados vagam em meio aos destroços de madeira e metal de construções, e urubus famintos avidamente se aproximam de animais mortos.

Uma placa escrita a mão anuncia o novo nome que os índios xavantes deram à única cidade da região é Mõõnipa, substituindo o nome em português: Posto da Mata.

Onde funcionava um posto de gasolina, quatro policiais estão a postos contra qualquer nova agressão pelos agricultores expulsos, alguns dos quais pegaram em armas para tentar obter sua velha terra de volta. Um vídeo recente da polícia mostra tropas federais disparando balas de borracha e gás lacrimogênico contra cerca de 50 fazendeiros que estavam tentando impedir a remoção de pessoas de suas casas.

O espetáculo de fazendas outrora prósperas sendo reduzidas a escombros horrorizou o setor do agronegócio e seus poderosos aliados em Brasília, que temem que um novo precedente esteja sendo definido para a disputa de terras em outros lugares. Mas o

esforço para reverter parcialmente as apreensões de terras indígenas tem sido tomado há décadas.

A Constituição, de 1988, consagrou o direito dos índios às "terras tradicionalmente ocupadas" e definiu que o Estado é responsável por "demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens".

Os governos vêm aplicando a lei que destina 13 por cento do território brasileiro a 0,4 por cento da população considerada indígena. Por outro lado, apenas 2,3 por cento das terras no continente dos Estados Unidos são reservadas aos índios, que representam 0,9 por cento da população.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) começou a montar uma proposta para uma nova reserva para os índios xavantes em 1992, e seu plano foi aprovado em 1998.

O agronegócio, que tem na senadora Kátia Abreu (PSD-TO) uma de suas vozes influentes, tentou impedir a retirada dos produtores ao questionar os limites do território indígena. Mas o STF negou a apelação final em outubro e a Funai deu prazo de 30 dias a todos os "intrusos" não-índios para desocupar o local. A polícia e o Exército, em seguida, foram para a região antes do fim do ano.

O pecuarista Antonio Luiz Pereira e sua jovem família estão agora desenraizados e sem-teto, um pouco como a situação de Paridzané há cinco décadas.

Pereira, sua mulher e seus três filhos agora passam suas noites em um ginásio escolar sufocante a cerca de 40 quilômetros de sua antiga casa. Seus pertences estão em caixas no chão, juntando bolor.

"Tínhamos uma boa casa e uma vida boa lá, e nós perdemos tudo", disse Pereira, balançando a cabeça.

Agricultores mais ricos, em sua maioria, se refugiaram em cidades maiores para se reagrupar, sem qualquer compensação monetária. Mas cerca de 270 famílias, incluindo a de Pereira, estão em compasso de espera, depois de fazerem registro com o governo e inscrição para reassentamento. Destas, 105, principalmente famílias de renda mais baixa, estão sendo levadas para pequenos lotes de terra nas proximidades.

Os Pereira e outras famílias receberam ofertas de terra a três horas de distância, mas dizem que é muito seca e arenosa para a criação de gado ou plantações, e estão à espera de uma oferta melhor. Outros têm se mobilizado, criando bloqueios esporádicos em protestos que levaram à escassez de combustível e comida em cidades do norte. Uma multidão queimou um caminhão que se dirigia para a aldeia do cacique Paridzané com medicamentos e suprimentos.

CONFUSÃO JURÍDICA

Agora está sendo debatido se os antigos produtores tinham contrato de propriedade. O coordenador do escritório regional da Funai, Paulo Roberto de Azevedo Junior, diz que

os agricultores sabiam que estavam invadindo território indígena e que os documentos de propriedade alegando o contrário são falsos.

Mas a família Pereira conta que não tinha nenhuma razão para duvidar de uma certidão de proprietários de imóveis, que mostraram a um repórter, que indica que compraram a fazenda por cerca de 100.000 dólares em 2005. Embora os limites da reserva indígena tenham sido aprovados em 1998, os agricultores dizem que não entenderam que isso implicaria a sua saída.

A senadora Kátia Abreu, que também é presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), diz que o verdadeiro culpado é a ausência de "regras claras".

O problema, segundo grupos de agricultores, é que a Funai está expulsando as pessoas de áreas onde autoridades do governo local incentivaram a colonização em um período tão recentemente quanto nos anos 1990.

Eles também dizem que a Funai e outros órgãos têm sido muito agressivos quando decidiram o que constitui uma terra ancestral. As questões se tornaram mais difíceis pela natureza nômade de muitas tribos e da geografia hostil da Amazônia, o que torna mais difícil o mapeamento e a definição de limites.

"A Funai só quer continuar fazendo mais reservas em áreas indígenas que não são reivindicadas", disse Delosbel, diretor regional da cooperativa de soja. "Obviamente, nós queremos que eles vivam bem ... mas o suficiente é o suficiente."

O cacique, que prometeu a seu pai e seu avô que iria recuperar a sua terra, disse que as mudanças são irreversíveis. Ele afirma que vai recusar pedidos por parte dos agricultores para arrendar de volta a terra antiga deles, ou quaisquer tentativas do governo de pavimentar uma estrada que poderia reduzir o tempo que os agricultores da área levam para transportar sua produção aos portos do Nordeste.

"Não vamos conversar. Não pode haver fazendeiros correndo atrás de cacique ... acabou a discussão", declarou ele antes de uma assembleia de índios xavantes, em que abaixaram suas cabeças, em sinal de respeito, enquanto ele falava.

"UMA BATALHA PERDIDA"

Os xavantes têm ideias radicalmente diferentes sobre agricultura e desenvolvimento. Eles querem que a área se torne novamente digna do nome Marãiwatsédé, uma palavra xavante para "mata fechada, perigosa". Isso significa deixar as odiadas fazendas de soja e gado crescer em pousio, na esperança de que as árvores brotem.

Ainda assim, nem todas as armadilhas da modernidade serão sacrificadas - é muito tarde para isso.

Enquanto os xavantes ainda vestem roupas cerimoniais e se pintam para as celebrações, a maioria usa shorts e camisetas na maior parte do tempo. As crianças pedem refrigerante aos visitantes. A aldeia principal tem uma igreja católica e uma escola com

aulas de língua xavante, assim como de português, o que, segundo o cacique Paridzané, é importante que as crianças aprendam.

Grupos sem fins lucrativos ajudaram a construir cabanas, e a tribo vai continuar dependendo do governo para a segurança.

A Funai está tentando encorajar a tribo a se tornar economicamente autossuficiente, em parte, pela produção de milho orgânico e soja que poderiam ser comercializados sob uma marca Marãiwatsédé. O órgão também planeja trazer mais 4.000 xavantes de outras reservas para tornar o assentamento viável, e espera, eventualmente, suspender a doação de comida básica.

"Antigamente, demos grandes quantidades de cestas básicas, agora não, eles não podem ficar dependentes, esta situação é paternalista", disse Azevedo Junior.

Os agricultores temem que o fim da briga não tenha sido sacramentada em Marãiwatsédé. Sua mais recente preocupação: a reserva abriga o fungo da ferrugem asiática, uma doença terrível que danifica as folhas e rapidamente mata as plantas de soja. A Aprosoja diz que alguns dos 3.000 hectares de plantações de soja agora abandonados estão infestados com o fungo, ameaçando 341.000 hectares em fazendas nos arredores.

"Tiraram milhares de pessoas (de) lá (de) onde se plantava, a gente tem uma preocupação com a parte sanitária", disse Eduardo Godoi, um gestor da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato). "Marãiwatsédé é uma batalha perdida."

CNBB: “Reforma Agrária não foi prioridade de nenhum dos governos democráticos” – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 15/04/2013

Em sua participação na coletiva de imprensa da sexta-feira, 12 de abril, o bispo de Balsas (MA) e presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dom Enemesio Angelo Lazzaris falou sobre a apresentação do Documento “A Igreja e a questão agrária no Século XXI”.

Dom Enemesio explicou que o Documento é uma continuidade das reflexões que a CNBB tem feito ao longo dos anos. E citou o ano de 1954, quando se realizou a 2ª Assembleia Geral dos Bispos e cujo tema central foi a “Reforma Agrária”, o bispo também lembrou o ano de 1980 quando na 18ª AG o tema foi “Igreja e problemas da terra” e mais recentemente, em 2006, quando foi lançado o Documento “Os pobres possuirão a terra”.

Dom Enemesio ressaltou que o Documento apresentado na 51ª AG composto por um breve histórico, quatro capítulos e conclusão “quer fazer entender de maneira crítica as velhas e novas razões do sofrimento e da violência que marcam e ensanguentam a nossa terra hoje talvez mais que ontem”. E reforçou dizendo que “de maneira clara o

documento faz entender que a sempre prometida Reforma Agrária não foi prioridade de nenhum dos governos democráticos, menos ainda do governo atual”.

O bispo fez uma alerta para a situação opressora que se encontram os povos indígenas, quilombolas, sem terras e escravizados do campo, que estão em condições degradantes. “Precisamos atuar, precisamos anunciar as coisas boas, mas precisamos denunciar as tantas formas de opressão, os gritos, as injustas que este povo sofre”.

No final da coletiva o presidente da CPT disse que o episcopado apela para que os poderes executivo, legislativo e judiciário permita que os camponeses tenham vez e voz. “Declaramos apoio aos pequenos que buscam oportunidade de vida na terra, na floresta e nas águas. Apoiamos as organizações camponesas e suas lutas pela terra e por políticas públicas que lhes garantam acesso ao serviço saúde. Estamos juntos na resistência contra toda forma de violência que atinge a vida dos trabalhadores e suas famílias. Nos colocaremos contra a grilagem e esforçaremos sempre mais para combater o trabalho escravo”.

O arcebispo de Mariana (MG) e ex-presidente da CNBB, dom Geraldo Lyrio Rocha, estava presente na coletiva e pediu a palavra para falar sobre o assunto. Com a palavra dom Geraldo questionou se a questão agrária está sendo discutida em nosso país e se há algum partido político levantando este assunto. “Não é que a questão não exista, é que se faz vista grossa, se silencia”.

Dom Geraldo aproveitou para ressaltar que Documento “quer dizer um grito dos que estão pedindo socorro e a Igreja quer ser porta-voz de todos aqueles que são vítimas desta situação gravíssima em nosso país”.

E esclareceu: “Sabemos que esse Documento vai provocar reações porque é um documento que toma posição clara e definida. É lógico que esperamos que ele tenha repercussão no Congresso Nacional, que ele possa trazer uma contribuição para um debate mais amplo na sociedade”.

Superintendência do Incra no Acre realiza planejamento de ações para os próximos três anos – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 15/04/2013

O plano de ações 2013/2014 da Superintendência Regional do Incra no Acre foi discutido e elaborado junto com os servidores, chefes de divisões e o superintendente Idésio Luis Franke nos dias 10 e 11 de abril, na Escola da Floresta, na capital Rio Branco.

A partir do planejamento, envolvendo todos os setores estratégicos do órgão, as definições sobre o que será implementado em assistência técnica, infraestrutura, titulação, crédito, criação de novos projetos e definição de novas áreas a serem adquiridas para fins de reforma agrária.

O foco das discussões foi a definição de ações prioritárias na articulação de políticas públicas para o desenvolvimento do assentamento, fluxo de processos para obtenção de novas áreas para a reforma agrária e aprofundar inovações tecnológicas normativas e operacionais capazes de garantir eficiência, transparência e controle à gestão fundiária.

Incra no Acre tem um total de 31,8 mil famílias assentadas em 150 assentamentos, incluindo as áreas reconhecidas, o que corresponde a cerca de seis milhões de hectares – 30% do território acriano incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

Campos desapropria fazendas em Pernambuco após invasões de terra. Daniel Carvalho – Folha de São Paulo, Poder. 15/04/2013

Após cinco invasões de terra em Pernambuco durante o fim de semana, o governador Eduardo Campos (PSB) convocou nesta segunda-feira (15) líderes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) para o decreto de desapropriação de três fazendas no agreste do Estado.

As terras das fazendas Camaragibe, Repouso e Cajueiro serão utilizadas para reforma agrária. A fazenda Camaragibe já está invadida há cinco anos, segundo o MST.

O MST informou que o governador tinha prometido, em novembro último, que desapropriaria as fazendas, mas não havia definido uma data.

No último fim de semana, 300 famílias invadiram cinco fazendas na zona da mata, agreste e sertão do Estado. Duas dessas propriedades já haviam sido invadidas.

As ações fazem parte da Jornada Nacional de Luta Pela Reforma Agrária, escalada de atos em memória ao massacre de Eldorado do Carajás (PA), em 1996.

Segundo o MST, apenas uma área foi desapropriada em Pernambuco no ano passado. No Estado, há cerca de 15 mil famílias em 163 acampamentos organizados pelo movimento.

O MST disse que, apesar da assinatura do decreto, a onda de invasões seguirá até o próximo dia 17, Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

"Se ele [o governador] quis usar isso para amaciar a jornada de luta [ele] se deu mal porque para nós não faz a menor diferença. Essa é uma reivindicação antiga nossa e uma promessa antiga dele", disse Cássia Bechara, diretora do MST em Pernambuco.

A *Folha* procurou na noite desta segunda-feira as secretarias de Imprensa e de Agricultura e o Iterpe (Instituto de Terras e Reforma Agrária de Pernambuco), mas não houve resposta até a publicação desta reportagem.

Encontro internacional aponta desafios latino-americanos para a governança fundiária – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 16/04/2013

Os desafios para o cadastro e o georreferenciamento de imóveis rurais nas diversas realidades latino-americanas foram apresentados durante o segundo dia da Oficina Internacional de Governança Fundiária. Com apresentações das realidades brasileira, mexicana e argentina os participantes conheceram as ações desenvolvidas por estes países na gestão de suas malhas fundiárias.

“No Brasil ainda temos uma realidade de grande concentração de terras. Se, por um lado, as pequenas propriedades correspondem a 93,3% dos imóveis rurais, elas ocupam apenas 28,2% do território rural. Na outra ponta, 1,9% das propriedades concentram 51,7% das áreas rurais”, destacou o secretário de Reordenamento Fundiário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA), Adhemar Lopes. Segundo ele, esta grande concentração de terra repercute no modelo de desenvolvimento do meio rural.

O secretário lembrou que existem cerca de 1 milhão de famílias de agricultores sem o título da propriedade. “Este quadro de baixa segurança jurídica está associado com a questão da pobreza rural. Portanto, a regularização fundiária é parte fundamental para a superação da extrema pobreza no meio rural.”

Sérgio Lopes, secretário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal do MDA, lembrou que, nos últimos dez anos, o governo federal está implementando medidas que beneficiam a gestão da malha fundiária. “Estamos avançando na modernização da gestão da malha com o uso de tecnologia de ponta como o georreferenciamento e isto é parte de um processo para garantir segurança jurídica e paz no campo”, afirmou, ao tratar dos avanços.

América Latina

Já a embaixadora do México no Brasil, Beatriz Paredes, explicou que seu país viveu um grande processo de reforma agrária após a revolução de 1910, quando foram distribuídos quase a metade das terras mexicanas. “Foi incluído neste processo a garantia das terras para as comunidades tradicionais”, afirmou a embaixadora Beatriz Paredes, ao recordar a história da ocupação das terras em seu país.

Para a diretora nacional de Terras e Unidades Agropecuárias da Argentina, Mariana Uría, a realidade da gestão das terras em seu país era até há pouco tempo descentralizada para as províncias (estados). “Temos um sistema de posse de terra diferenciado do resto dos países da América Latina. Até 2011 cada província tinha legislação própria para tratar da questão da posse da terra. Somente em 2011 integramos uma política nacional sobre as questões da titulação da terra”, apontou.

Mariana conta que existe um número significativo de produtores rurais que não são proprietários de suas terras. “Com a titulação esperamos criar as condições para o

acesso a novas tecnologias e ao crédito para a produção, transferindo a posse dos pequenos produtores das províncias para os agricultores”, conclui.

Os debates e palestras visam estabelecer o intercâmbio das políticas de governança da terra a partir de experiências trazidas por representantes da Argentina, Uruguai, México e França. Outro propósito do evento é o de orientar atividades que irão subsidiar o Iº Seminário Internacional de Governança Fundiária, marcado para 2014, no Brasil. Nesta terça-feira (16), ocorre, à tarde, painel com o tema Experiência e Políticas de Acesso à Terra, seguido de debate. A última atividade do evento será nesta quarta-feira (17), às 9h, com o painel Elementos para Construção de uma Agenda de Políticas de Ordenamento Fundiário e Acesso à Terra.

Reforma agrária é tema de encontro com manifestantes do MST – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 18/04/2013

O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, e o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes, receberam uma comitiva do Movimento Sem Terra (MST), na tarde desta quinta-feira (18), em Brasília. Na pauta do encontro, estava o aprimoramento da reforma agrária no Brasil. O ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, também participou da reunião.

Os 22 manifestantes presentes na reunião apresentaram reivindicações, como melhorias para educação no campo, aumento de crédito e manutenção do jovem no meio rural, além de reforçarem a necessidade de assentar 90 mil famílias inscritas no Movimento.

Segundo o ministro Pepe Vargas, ao longo do mês de maio, movimento social e governo vão se reunir para planejar ações nos estados brasileiros, conforme a capacidade operacional disponível. “Vamos pactuar metas de ações do Incra nesse período. E, também no Plano Safra da Agricultura Familiar, quando está previsto anunciar um conjunto de medidas visando o desenvolvimento dos assentamentos”, afirmou o ministro.

Carlos Guedes apresentou o trabalho do Instituto e adiantou algumas iniciativas às lideranças do MST. “Está tramitando dentro do Incra, e deve se consolidar nos próximos 12 meses, uma área de aproximadamente um milhão de hectares que pode beneficiar mais de 30 mil famílias”, garantiu Guedes.

Sistema de Gestão Fundiária é apresentado a entidades de registro de imóveis – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 18/04/2013

O presidente do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (IRIB), Ricardo Coelho, e o vice-presidente de Registro de Imóveis da Associação de Notários e Registradores do Brasil (Anoreg/BR), Luiz Gustavo Leão Ribeiro, conheceram nesta quarta-feira (17),

em Brasília, o novo Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) que vem sendo construído pelo Incra. A apresentação foi feita pelo diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária da autarquia, Richard Torsiano. Segundo ele, a nova ferramenta será implantada ainda neste semestre e, numa parceria com IRIB e Anoreg, passará por uma fase de testes no Cartório de Registro de Imóveis de Conchas (SP).

Criado para analisar eletronicamente dados georreferenciados das propriedades rurais, o Sigef terá capacidade para receber até 20 mil pedidos de certificação por mês. O Sistema ainda possibilitará a verificação da existência de sobreposição de áreas, além de gerar plantas e memoriais descritivos (documentos com todos os detalhes) dos imóveis de forma automática, a partir da inserção de dados feita pelos técnicos contratados para realizar o georreferenciamento das propriedades. "O profissional credenciado submeterá as peças técnicas do processo por meio do Sigef, que fará a análise dos dados e, em caso de inconsistências, informará de imediato ao técnico quais são e onde estão", afirma o diretor Richard Torsiano.

Integração com os cartórios

O presidente do IRIB aprovou o novo Sistema, que permite aos cartórios de registro de imóveis inserir informações sobre o domínio da área, gerar plantas e também memoriais descritivos com os dados de domínio agregados. "Achei muito interessante. Essa futura interligação do sistema do Incra com o dos cartórios trará rapidez e facilidade na comunicação. Vamos crescer juntos para chegar ao momento de termos as informações em tempo real", afirmou Ricardo Coelho.

O vice-presidente da Anoreg/BR também gostou da nova ferramenta e se disse entusiasmado com a notícia de integração assegurada no Sigef. "A associação defende essa integração, pois ela oferece maior segurança aos cartórios, que buscarão as informações necessárias para o registro direto no sistema oficial do Incra. Isso diminui a possibilidade de falha humana na análise dos documentos", explicou. Luiz Gustavo convidou o Incra para apresentar o Sigef em junho, durante encontro nacional dos vice-presidentes estaduais da Anoreg. O evento será em Brasília.

Passo-a-passo

Para realizar a certificação, os dados levantados pelo profissional credenciado serão submetidos ao Sigef por meio de uma planilha eletrônica. A fim de garantir a segurança e a integridade das informações contidas no sistema, os dados serão enviados por profissional autenticado a partir de certificação digital.

Após essa etapa, caso não seja detectada sobreposição ou qualquer outra falha técnica, o credenciado poderá obter a certificação eletronicamente. Serão gerados a planta e o memorial descritivo assinados digitalmente, podendo ser impressos e levados ao cartório de registro de imóveis.

Expedida pelo Incra, a certificação assegura que os limites da propriedade rural não se sobrepõem a outros imóveis e que a execução do georreferenciamento está de acordo

com as especificações técnicas legais. O documento é exigido para o registro do imóvel nos casos de compra, venda, desmembramento ou partilha.

Governo promete responder reivindicações do MST em 45 dias. Luiza Damé – O Globo, País. 18/04/2013

BRASÍLIA - Ministros do governo Dilma Rousseff se reuniram nesta quinta-feira com representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e deram prazo de 45 dias para responder à pauta de reivindicações do setor. Antes do encontro, o MST - que lidera o movimento "Abril vermelho" - fez uma manifestação no acesso ao prédio do Incra, impedindo a entrada dos servidores. Um vidro foi quebrado.

Segundo o ministro da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, a condição para que representantes do MST fossem recebidos por ele, pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, e pelo presidente do Incra, Carlos Guedes, foi que desocupassem o acesso e liberassem a entrada dos servidores.

- Fizemos ponderação para eles e só os recebemos depois que eles liberaram. Dissemos a eles que, com prédio ocupado, não há diálogo. Temos que defender e respeitar a institucionalidade. Não aprovamos essa conduta. Eles se desculparam e liberaram entrada dos servidores. A gente não concorda com nenhum método de violência. Ainda que saibamos que a situação deles é difícil, muito tempo de espera, mas nada justifica essa atitude. Este é um governo que dialoga e não vemos razão para esse tipo de radicalização. Esperamos que não se repita para que o diálogo possa continuar - afirmou Gilberto.

O ministro disse que ficou acertado que as questões relacionadas à reforma agrária, como desapropriação de terras e assistência técnica, serão negociadas com o MDA e com o Incra. Os demais pontos da pauta de reivindicações, como saúde, educação e moradia rural, serão tratados por Gilberto com os respectivos ministérios. Segundo Gilberto, em 45 dias, a presidente deverá receber o MST para dar a resposta do governo.

- Ao longo de 45 dias vamos trabalhar essa pauta. A expectativa é que a presidente ao fim desses 45 dias os receba para dar uma resposta. Vamos trabalhar para atender, dentro da disponibilidade orçamentária, as reivindicações. Reconhecemos este como um movimento sério, que luta que se organiza e que tem produzido bons resultados - afirmou o ministro.

Entre as reivindicações está o assentamento 90 mil famílias, com assistência técnica.

Quilombolas: Incra no Rio Grande do Norte despropria terras da comunidade Acauã – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 22/04/2013

A Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Rio Grande do Norte dá mais um passo para titular o segundo território remanescente de quilombo no Estado. A Instituição agrária recebe a posse dos imóveis que compõem o território quilombola de Acauã, em Poço Branco, na região do Território da Cidadania do Mato Grande. A solenidade está agendada para a próxima terça-feira (23), na sede da comunidade, às 9h.

O ato de imissão de posse de Acauã torna oficialmente o imóvel como propriedade da União (e, conseqüentemente, do Incra). Este é o último passo para a entrega do título de reconhecimento de domínio coletivo da terra às 57 famílias moradoras daquela comunidade, dentro do processo de regularização fundiária. O superintendente regional do Incra/RN, Valmir Alves, o procurador federal, Adriano Villaça, além de oficiais de justiça, representantes de movimento negro e dos moradores da comunidade estarão presentes no ato.

A comunidade de Acauã, que tem cerca de 540 hectares, se definiu como comunidade remanescente de quilombo em 2004.

Neste ano, o Incra abriu processo com fins de demarcação e titulação das terras ocupadas pelos seus moradores. Ainda dentro do processo, foi feito Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), documento composto pelo relatório antropológico, cadastro das famílias quilombolas, levantamento fundiário da região, planta e memorial descritivo do território.

Em 2008, o Incra publicou portaria de reconhecimento dos Territórios Quilombolas, mesmo ano em que a Presidência da República decretou a desapropriação da área por interesse público e para fins sociais de reforma agrária. Também foi feita a avaliação do imóvel.

História

A maior parte das famílias que vivem na comunidade de Acauã foi atingida pela construção da barragem de Poço Branco, iniciada no fim da década de 1950 e completada em 1969. A antiga cidade de Poço Branco foi inundada bem como povoados e comunidades rurais situadas à beira do rio, tal como a antiga Acauã. Suas famílias foram removidas e criaram novos lugares, dentre eles, a atual sede municipal e a atual Acauã. Segundo a história oral, aquela área teria sido descoberta no passado por José Acauã, um escravo fugido de outras terras. As versões deste momento originário envolvem a chegada dos antepassados das atuais famílias de Acauã.

A memória genealógica reporta-se às três irmãs da família Santana, sendo que duas casaram com José Gomes e Sebastião Rodrigues, iniciando, assim, uma rede de relações

de parentesco e de aliança. Uma das três irmãs, Catarina Santana, teria praticamente nomeado a família que se segue e se ramifica densamente até hoje: a família Catarino. Todas estas famílias descendentes de ex-escravos viviam como agricultores. Grande parte dos seus descendentes ainda continua como trabalhadores rurais.

Quilombola

Acauã é a segunda comunidade quilombola que o Incra recebe a posse para regularização coletiva das terras em nome dos moradores. A primeira foi Jatubá, em Patu, no final do ano passado. No Rio Grande do Norte existem cerca de 60 comunidades remanescentes de quilombos, de acordo com estudo da Fundação Palmares. Destas, 20 se reconheceram como tal. Atualmente 17 comunidades encontram-se com ação em tramitação no Incra/RN com processo de reconhecimento, demarcação e regularização de áreas quilombolas.

Além das duas já citadas, outra três áreas encontram-se com o processo mais avançado. São elas as comunidades de Boa Vista dos Negros (Parelhas), Capoeiras (Macaíba) e Aroeiras (Pedro Avelino). As comunidades de Nova Descoberta (Ielmo Marinho), Pavilhão e Sítio Grossos (Bom Jesus) receberam a equipe de antropólogos e tiveram seus relatórios finalizados. Em Macabira (Lagoa Nova), o processo também está avançado. No entanto, naquela área existem pendências judiciais. Nos próximos dias, o Incra deverá recorrer à justiça federal para dar continuidade ao processo em Macambira.

Lei

O Instituto agrário é responsável pelo reconhecimento, demarcação e regularização de áreas remanescentes de quilombos no País. A ação se desenvolve da seguinte forma: as comunidades quilombolas se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas.

O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A partir do Decreto 4.883/03 ficou transferida do Ministério da Cultura para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/Incra a competência para a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como a determinação de suas demarcações e titulações.

Em 12 de março de 2004, o Governo Federal lançou o Programa Brasil Quilombola (PBQ) como uma política de Estado para as áreas remanescentes de quilombos. O PBQ abrange um conjunto de ações inseridas nos diversos órgãos governamentais, com suas respectivas previsões de recursos, bem como as responsabilidades de cada órgão e prazos de execução.

Autodefinição

É a própria comunidade que se autoreconhece "remanescente de quilombo". O amparo legal é dado pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, cujas determinações foram incorporadas à legislação brasileira pelo Decreto Legislativo 143/2002 e Decreto Nº 5.051/2004. Cabe à Fundação Cultural Palmares emitir uma certidão sobre essa autodefinição. Para acessar a política de regularização de territórios quilombolas, as comunidades devem encaminhar uma declaração na qual se identificam enquanto comunidade remanescente de quilombo à Fundação Cultural Palmares, que expedirá uma Certidão de Autoreconhecimento em nome da mesma.

Inkra inicia regularização quilombola em parceria com Minas Gerais – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 22/04/2013

O Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra), em Minas Gerais, enviou dois técnicos, nesta semana, ao município de Riacho dos Machados (MG), para a comunidade Peixe Branco. O objetivo da missão é iniciar os trabalhos do Relatório Antropológico que será feito pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) em parceria com o governo do estado de Minas Gerais.

Outras 19 comunidades já tiveram os relatórios iniciados, entre o final do ano passado e o começo deste, por meio de pregão realizado pelo Incra – autarquia ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Quatro novos antropólogos passaram a fazer parte da equipe da superintendência, neste mês, o que vai acelerar o processo de regularização fundiária destas comunidades.

A asseguradora do Serviço em Minas, Luci Espeschit, e um professor da Universidade Federal de Viçosa (UFV) foram ao município de Divisa (MG) para conversar com membros da comunidade quilombola São Pedro de Cima sobre o interesse de que sejam iniciados os trabalhos de regularização na área. Em caso positivo, a UFV vai elaborar o relatório antropológico da área.

Relatório

O relatório antropológico é uma das peças que compõem o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Após elaborado, o RTID é publicado no Diário Oficial da União e permite o início dos trabalhos de desapropriação, mediante indenização, de eventuais áreas ocupadas por particulares que coincidam com as áreas definidas como quilombolas.

Há atualmente 171 processos abertos no Incra/MG que visam a regularização de comunidades quilombolas no estado. Em todo o Brasil, há 1.227 processos com o mesmo intuito. A titulação das áreas é feita de forma coletiva e inalienável. Desde 1995, 207 comunidades foram regularizadas em todo o País pelo Incra, Fundação Cultural Palmares (FCP) e instituições de terra estaduais.

Incra e TCU realizam reuniões técnicas para aprimorar reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/04/2013

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Augusto Nardes, determinou a realização de reuniões técnicas entre o Incra e a Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente daquele tribunal, a fim de nivelar o entendimento técnico em relação ao Acórdão 3479/2012, que impede que a Autarquia vistorie imóveis que tenham sofrido algum tipo de ocupação. A recomendação de Nardes é resultado de audiência entre o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, e o presidente do Incra, Carlos Guedes, ocorrida no último dia 18, no gabinete do presidente do TCU, em Brasília.

A primeira reunião, liderada pelo secretário Junnius Marques Arifa, ocorreu na manhã desta terça-feira (23) e, além de Carlos Guedes, contou com a participação do Procurador-Chefe do Incra, Sérgio Britto Filho e André Dantas, da Consultoria Jurídica do MDA. A discussão visa aprimorar o diálogo interinstitucional sobre a recomendação contida no Acórdão e o aperfeiçoamento do processo da reforma agrária.

Durante as reuniões o Incra terá a oportunidade de discutir eventuais divergências em relação à interpretação dada ao Acórdão. "Concordamos que a recomendação objetiva o cumprimento da lei, porém, avaliamos que existem interpretações a serem ponderadas, a fim de evitarmos insegurança jurídica na atuação do Incra", destacou Guedes. O presidente apresentará durante as reuniões técnicas situações concretas em que os proprietários manifestaram interesse de vender seu imóvel, por exemplo, mas, pelo fato de a área já ter sido ocupada, não poderia ser vistoriada pelo Instituto.

Ainda na reunião com o presidente do TCU, o ministro Pepe Vargas ressaltou que tanto MDA quanto o Incra pretendiam estabelecer um diálogo preventivo. "Precisamos encontrar soluções que aprimorem a governança fundiária no país e também evitem prejuízo ao poder público em processos que foram iniciados para compra, venda e desapropriações de áreas", afirmou.

Incra inicia implantação de assentamento em Tocantins – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 24/04/2013

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) – autarquia ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – iniciou a implantação do Projeto de Assentamento Manoel Alves com o sorteio de lotes para a instalação de 94 famílias de trabalhadores rurais, que estavam acampadas na região norte do Tocantins.

O assentamento tem área de 3.130 hectares e fica entre os municípios de Muricilândia e Araguaína. No projeto foram assentadas famílias dos acampamentos Bom Jesus, Chico Mendes, Malhada e Padre Josimo, que eram ligadas à Comissão Pastoral da Terra (CPT) e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A autarquia fará um investimento inicial de quase R\$ 1 milhão na instalação dos agricultores familiares, com a concessão de recursos do Programa de Crédito Instalação, para garantir a segurança alimentar e o início das atividades produtivas. Outros investimentos serão realizados na demarcação das parcelas, contratação de assessoria técnica, aberturas de estradas e eletrificação rural para promover o desenvolvimento do novo projeto.

Combate à pobreza

O novo assentamento será beneficiado pelas ações do Plano Brasil Sem Miséria, que integra as políticas do governo federal de combate à miséria. O acesso às habitações será pelo Programa Minha Casa Minha Vida Rural com concessão de R\$ 30,5 mil para a construção de habitações. Os investimentos em abastecimento e saneamento serão executados pelo Programa Água Para Todos.

As demandas de capacitação e qualificação profissional serão atendidas pelo Programa Nacional de Acesso Técnico e Emprego (Pronatec), com a oferta de cursos que serão ministrados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Nas áreas de saúde e educação, as famílias assentadas têm prioridade no atendimento em programas como Saúde da Família, Rede Cegonha, Brasil Sorridente, Brasil Alfabetizado e Mais Educação.

A integração de ações do Plano Brasil Sem Miséria vai garantir também às novas famílias assentadas o acesso às políticas de comercialização do Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Com as ações do Plano Brasil Sem Miséria, o governo federal vai promover a qualificação do novo assentamento com a inclusão produtiva e social dos agricultores familiares beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Incrá criará 115 assentamentos ainda neste semestre – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/04/2013

O Incra investe na criação, ainda neste semestre, de 115 assentamentos. Esse é quase o mesmo número de projetos criados em todo o ano passado, quando foram destinadas a trabalhadores rurais 117 novas áreas. O alcance da meta significará outros 208,5 mil hectares incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em benefício de mais de 6,5 mil famílias. Atualmente, a área destinada a projetos de assentamento no País soma 87,8 milhões de hectares, o que significa a presença do Incra em mais de 10% do território nacional.

A primeira inauguração oficial de assentamentos em 2013 ocorrerá na tarde desta quinta-feira (25), no município de Mirandópolis, oeste paulista. O assentamento Florestan Fernandes, criado em uma área de 2,8 mil hectares, tem capacidade para receber 210 famílias de trabalhadores rurais. Será o primeiro projeto de reforma agrária

paulista a ter uma área destinada a atividades comerciais e de serviços desenvolvidas por não-assentados.

Assim como ocorrerá no Florestan Fernandes, as demais novas áreas chegam com a marca da integração de políticas públicas. O Incra passou a beneficiar os assentados por meio de ações vinculadas ao Plano Brasil Sem Miséria, como os programas Luz para Todos, PAC Infraestrutura e, desde fevereiro de 2013, o ‘Minha Casa, Minha Vida’ (MCMV) – cujos primeiros contratos serão assinados no próximo dia 10, durante a solenidade de criação de assentamento localizado na Fazenda Japão/Esplanada, em Canindé do São Francisco (SE).

Os programas ampliam os investimentos já garantidos pelo Incra e contribuem para agilizar a implantação e a qualificação dos assentamentos. “É a construção de um novo modelo de reforma agrária”, afirma o presidente do Incra, Carlos Guedes de Guedes. Ele reitera que a meta é combinar quantidade e qualidade para os novos assentamentos, a fim de convertê-los em comunidades rurais autônomas integradas, com garantia de condições de vida digna aos moradores por meio de acesso à cidadania, infraestrutura, fomento à produção e preservação ambiental.

Obtenção

A criação de 60 dos 115 assentamentos a serem inaugurados neste semestre depende apenas do depósito do valor correspondente às benfeitorias. Eles somam uma área de 123,4 mil hectares, com capacidade de assentamento de 3,8 mil famílias. Para as demais 55 áreas, o Incra aguarda apenas imissão na posse a ser garantida pela Justiça, o que beneficiará 2,6 mil famílias, a serem assentadas em 85,1 mil hectares.

Atualmente, a direção da autarquia está empreendendo esforços no sentido de liberar outras áreas que aguardam decisão judicial para serem transformadas em assentamentos de reforma agrária. Existem sob análise do Judiciário 523 imóveis rurais nessa situação. O número corresponde a uma área de aproximadamente um milhão de hectares, com capacidade para assentamento de 30 mil famílias. Desse total, 234 imóveis estão com óbice judicial, ou seja, têm questionamento das partes, o que significa que o Incra não pode dar andamento ao processo de implantação de assentamentos nessas áreas até que a Justiça se manifeste.

Ministro e presidente do Incra inauguram assentamento no Oeste paulista – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/04/2013

O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, e o presidente do Incra, Carlos Guedes de Guedes, inauguraram nesta quinta-feira (25) o assentamento Florestan Fernandes, em Mirandópolis, no oeste paulista. Na ocasião, as famílias receberam do presidente uma cópia do plano de trabalho com as ações de infraestrutura e desenvolvimento a serem desenvolvidas pelo Incra em prazos já definidos. Além do ministro e do presidente do Incra, participaram da solenidade o delegado federal agrário

Reinaldo Prates, o superintendente do Incra/SP, Wellington Diniz Monteiro, e outras autoridades locais.

Em clima festivo, Pepe Vargas destacou a importância dos assentamentos para a democratização do acesso à terra e o fortalecimento da agricultura familiar. Ele afirmou ainda que a reforma agrária não é somente feita pelo Incra e o MDA, mas que passa pelas lutas sociais e políticas públicas interligadas. "Vários ministérios estão atuando conjuntamente para uma estratégia nacional de desenvolvimento no campo. Estamos também inserindo as famílias assentadas e acampadas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal, o CadÚnico, para que possam ter direitos a outras ações públicas", frisou.

Também destacando a importância do agricultor assentado para o desenvolvimento do País, o presidente do Incra afirmou que "a autarquia fundiária e seus servidores estão empenhados em fazer uma reforma agrária que dará orgulho aos brasileiros pela produção orientada, com serviço de assistência técnica eficiente, respeito ao meio ambiente e qualidade de vida para as famílias do campo". Guedes aproveitou para anunciar que até o final de 2013 serão criados 288 assentamentos em todo País.

Sobre a área

O assentamento Florestan Fernandes está sendo criado na antiga fazenda Retiro, que tem 2.810,7510 hectares e permitirá o assentamento de 210 famílias. A área foi considerada improdutiva em 2001 e decretada de interesse social para fins de reforma agrária em 22 de novembro de 2002. Com a criação do assentamento Florestan Fernandes, a região de Andradina passará a contar com 40 assentamentos administrados pelo Incra, localizados em 12 municípios e beneficiando mais de 3.400 famílias.

Além desses assentamentos, o Incra já está na posse de outros cinco imóveis na região, nos municípios de Guaraçaí, Indiaporã, Pontalinda e Dracena, que também serão destinados à reforma agrária. A região concentra a maior quantidade de assentamentos federais do estado de São Paulo, o que favorece o seu desenvolvimento produtivo, a comercialização, a dinamização da economia regional e a segurança alimentar da população local.

Novo modelo de reforma agrária

Atualmente, a área destinada a projetos de assentamento no País soma 87,8 milhões de hectares, o que significa a presença do Incra em mais de 10% do território nacional. Uma característica dos novos assentamentos é integração de políticas públicas, por meio de ações vinculadas ao Plano Brasil Sem Miséria, como os programas Luz para Todos, PAC Infraestrutura e o Minha Casa, Minha Vida. O objetivo da autarquia é combinar quantidade e qualidade para os novos assentamentos, a fim de convertê-los em comunidades rurais autônomas, com garantia de condições de vida digna às famílias assentadas.

Reuniões entre Incra e TCU irão aprimorar reforma agrária – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/04/2013

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Augusto Nardes, determinou a realização de reuniões técnicas entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) – autarquia ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – e a Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente do tribunal, a fim de nivelar o entendimento técnico em relação ao Acórdão 3479/2012, que impede que a autarquia vistorie imóveis que tenham sofrido algum tipo de ocupação.

A recomendação de Nardes é resultado de audiência entre o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, e o presidente do Incra, Carlos Guedes, ocorrida no último dia 18, no gabinete do presidente do TCU, em Brasília.

A primeira reunião, liderada pelo secretário Junnius Marques Arifa, ocorreu na manhã dessa terça-feira (23) e, além de Carlos Guedes, contou com a participação do Procurador-Chefe do Incra, Sérgio Britto Filho, e, também, André Dantas, da Consultoria Jurídica do MDA. A discussão visa aprimorar o diálogo interinstitucional sobre a recomendação contida no Acórdão e o aperfeiçoamento do processo da reforma agrária.

Acórdão

Durante as reuniões o Incra terá a oportunidade de discutir eventuais divergências em relação à interpretação dada ao Acórdão. "Concordamos que a recomendação objetiva o cumprimento da lei, porém avaliamos que existem interpretações a serem ponderadas, a fim de evitarmos insegurança jurídica na atuação do Incra", destacou Guedes.

O presidente apresentará durante as reuniões técnicas situações concretas em que os proprietários manifestaram interesse de vender seu imóvel, por exemplo, mas, pelo fato de a área já ter sido ocupada, não poderia ser vistoriada pelo Instituto.

Ainda na reunião com o presidente do TCU, o ministro Pepe Vargas ressaltou que tanto o MDA quanto o Incra pretendiam estabelecer um diálogo preventivo. "Precisamos encontrar soluções que aprimorem a governança fundiária no País e também evitem prejuízo ao poder público em processos que foram iniciados para compra, venda e desapropriações de áreas", afirmou.

Pepe Vargas inaugura assentamento no oeste paulista – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/04/2013

O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes de Guedes e o superintendente do Instituto em São Paulo, Wellington Diniz Monteiro, assinam nesta

quinta-feira (25), às 16 horas, portaria de criação do projeto de assentamento Florestan Fernandes, em Mirandópolis, na região de Araçatuba, no oeste paulista.

A fazenda Retiro, onde o assentamento está sendo criado, tem 2.810,7510 hectares e permitirá a seleção de 210 famílias, em lotes de cerca de 10 hectares de área útil cada. O assentamento Florestan Fernandes será o primeiro do estado a ter uma área especialmente destinada a atividades comerciais e serviços desenvolvidos por não assentados. O objetivo é apoiar as atividades produtivas do assentamento, reduzindo a necessidade de deslocamentos até o município.

Brasil de Fato: Reforma agrária, urgente, necessária e esquecida – Site do MST. 26/04/2013

Do Brasil de Fato
Editorial da edição 530

O governo Dilma está em dívida com os trabalhadores rurais sem terra. Seu desempenho nesta área é tão pífio que corre o risco de entrar para a história como o pior governo para a reforma agrária desde a redemocratização do país. Os movimentos sociais seguem fazendo sua parte, com pressão. Na última semana houve a jornada nacional de luta pela reforma agrária, em que o MST e outros movimentos da Via Campesina se mobilizaram em 18 estados. Em Brasília, mais de 500 trabalhadores estão acampados desde 8 de março, fazendo vigílias e pressões.

Os sem terra interromperam o trânsito em mais de 60 rodovias em todo país, para pedir justiça pela impunidade dos fazendeiros, nas centenas de casos de assassinatos de trabalhadores ainda impunes. Da parte dos povos indígenas, aproveitaram também a semana para protestar. Mais de 700 integrantes de diversas etnias ocuparam o plenário da Câmara dos Deputados e depois o Ministério da Justiça.

Mas nada disso parece sensibilizar as autoridades federais, em especial o segundo escalão responsável pelas medidas concretas para resolver os problemas sociais que se multiplicam pelo interior do país. Parece repetir-se a máxima de que “os muros dos palácios são tão altos, que deixam os governantes surdos e cegos” para o povo. Os problemas relacionados com a ausência de uma política séria e verdadeira de reforma agrária só se acumulam.

Nesses dois anos de governo Dilma, tivemos o menor número de desapropriações de toda história recente. Há no poder Judiciário 581 processos de desapropriações parados, alguns com os recursos depositados pelo Incra. E nenhuma instância do governo se mexe para pressionar o Judiciário a ser mais célere, já que é um programa social cumprindo o que determina a Constituição. Nas beiras das estradas do país se amontoam mais de 120 mil famílias de sem terras acampados, ligados a diversos movimentos sociais, como da Contag, MST, MLST, sindicatos de trabalhadores rurais e CUT.

Com frequência ouvem-se desculpas na imprensa que seria muito caro desapropriar terras, em termos do agronegócio e da valorização da renda da terra. É a surrada desculpa das elites, sempre que se trata de programas sociais. Da elevação das taxas de juros, dos bilhões pagos em juros para os bancos, das obras públicas desperdiçadas, dos bilhões repassados ao agronegócio, ninguém reclama! Na imprensa, ouvem-se vozes governamentais dizerem que agora a prioridade é a qualidade dos assentamentos e depois resolveriam dos sem terra. Outro disparate. Seria como dizer aos sem-tetos da cidade, que primeiro vamos reformar as casas de quem tem, para depois construir novas. Uma coisa não exclui a outra, ao contrário, são complementares.

Mas mesmo assim, se o argumento fosse válido, qual é a situação dos assentamentos no Brasil? Os dados do Incra são reveladores, da inoperância do governo. Há 180 mil famílias de sem-terra que já foram assentadas e ainda não têm casa. Depois de dois anos, o governo baixou portaria incluindo os assentados no programa Minha Casa, Minha Vida, mas agora falta outra portaria para regulamentar a primeira. E nenhuma casa foi construída ainda pelo programa. Os assentados não têm acesso a crédito. O MST sempre alertou que o Pronaf era apenas um crédito para o pequeno agricultor já estabilizado e integrado ao mercado.

Hoje, das 800 mil famílias assentadas, cerca de apenas 50 mil têm acesso ao Pronaf, e ainda ficam endividadas. Portanto, é urgente implementar uma nova forma de apoio ao crédito às famílias assentadas.

O Programa de compra antecipada de alimentos da Conab é excelente. Talvez uma das melhores heranças do governo Lula para a agricultura familiar. Porém, menos de 30 mil famílias assentadas têm tido acesso. Da mesma forma o programa que obriga cada prefeitura comprar no mínimo 30% dos alimentos da merenda escola de agricultores familiares. Os assentados têm muito pouco acesso a esse programa, tal a burocracia de editais, concorrências, e má vontade da maioria dos prefeitos, que preferem seguir com suas negociatas com as grandes empresas fornecedoras pelo atacado, das bolachas, leite em pó e outras enrolações.

O tema da educação no campo também está pendente. Os movimentos do campo denunciaram que nos últimos 15 anos, desde FHC até o governo Dilma foram fechadas mais de 20 mil escolas fundamentais no campo. Em troca o MEC financia vans para os prefeitos trazerem as crianças do campo para estudarem na cidade. Todos os dias se obrigam a fazer 20, 30 até 100 quilômetros de distância. Uma tragédia.

Os movimentos insistem. É preciso retomar a necessidade de que as escolas estejam nas comunidades rurais, próximo das moradias dos trabalhadores. E inclusive organizar escolas de ensino médio, onde o transporte dos alunos seja entre as comunidades rurais, sem levar para a cidade. E ampliar as vagas e cotas para filhos de camponeses acessarem o ensino superior, pelo Programa Nacional de Ensino da Reforma Agrária (Pronera), que adota o sistema de cursos especiais, em alternância para filhos de camponeses, e assim evita a migração para a cidade, mesmo durante o curso superior.

A situação é grave. E o governo se faz de desentendido, se iludindo com a falsa propaganda do sucesso do agronegócio. O agronegócio é o modelo do capital, dá lucro

para alguns fazendeiros e para as empresas transnacionais, mas não resolve os problemas dos pobres do campo; ao contrário, os amplia.

MST recebe prêmio em Guernica pela luta da Reforma Agrária – Site do MST. 26/04/2013

O MST recebeu nesta sexta-feira (26/4) o prêmio Prêmio Guernica para a Paz e Reconciliação de 2013, na cidade de Guernica, na Espanha. O prêmio foi entregue durante os atos de memória dos 76 anos do bombardeio de Guernica pelos nazistas.

Cerca de 400 pessoas participaram da cerimônia, dentre as quais autoridades da cidade, membros da Via Campesina da Espanha e amigos do MST no país Basco.

Ao conceder o prêmio para o MST, o comitê de jurados afirmou que o Movimento é uma “organização que luta pela paz e pela Reforma Agrária no Brasil. Está há 30 anos resistindo, de forma não violenta, e já conquistou mais de 1.500 assentamentos legalizados, que reúnem 350 mil famílias em um total de 5 milhões de hectares”.

João Paulo Rodrigues, da coordenação do MST e quem recebeu o prêmio pelo Movimento, agradeceu, ao lembrar das vítimas do bombardeio e da violência contra os trabalhadores rurais pelo latifúndio.

“Queremos dedicar esse prêmio a todas as vítimas do bombardeio de Guernica, a todos os presos políticos do mundo que lutam por democracia e justiça, e a todos militantes que foram assassinados na luta pela Reforma Agrária”, disse João Paulo.

E concluiu ao afirmar que a luta do MST pela paz, pela democracia e Reforma Agrária só é possível ter paz com justiça social. “Reafirmamos nosso compromisso de lutar em defesa da soberania alimentar, do meio ambiente, dos direitos humanos e em defesa dos camponeses”.

O Deputado Valmir Assunção (PT-BA), em pronunciamento na Câmara dos deputados, elogiou a iniciativa e parabenizou o MST. “Quero aqui parabenizar o MST, que é maior movimento social da América Latina. Parabenizar pela luta e povo aguerrido, que não descansa mesmo diante de uma conjuntura de concentração fundiária e atuação nociva do agronegócio, que não produz alimentos, se utiliza de trabalho escravo e, dentro desta casa, articula-se contra os direitos do povo brasileiro”.

Após a entrega dos prêmios, houve atividades culturais e uma homenagem no cemitério onde estão enterrados os mortos do bombardeio de Guernica.

Premiação

A premiação Guernica para a Paz e a Reconciliação foi estabelecida em 2005 durante as atividades que relembram o bombardeio da cidade espanhola pelos nazistas, em 26 de abril de 1937. A premiação foi liderada pela Câmara Municipal de Guernika-Lumo

(Espanha), a cidade de Pforzheim (Alemanha), a Fundação Guernika Gogoratz, o Museu da Paz e da Casa da Cultura de Guernika-Lumo.

Todos os anos, um prêmio é concedido a pessoas que trabalham pela paz e o outro é apresentado a grandes líderes, personalidades ou instituições que tenham lutado para transformar os conflitos e estabelecer as bases de futuros processos de reconciliação.

Assentamento para 210 famílias é inaugurado em São Paulo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/04/2013

O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, e o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), Carlos Guedes de Guedes, inauguraram o assentamento Florestan Fernandes, em Mirandópolis, no oeste paulista. As famílias receberam uma cópia do plano de trabalho com as ações de infraestrutura e desenvolvimento a serem desenvolvidas pelo Incra – autarquia ligada ao MDA – em prazos já definidos. Também participaram da solenidade o delegado federal agrário Reinaldo Prates, o superintendente do Incra/SP, Wellington Diniz Monteiro, e autoridades locais.

Pepe Vargas destacou a importância dos assentamentos para a democratização do acesso à terra e o fortalecimento da agricultura familiar. E afirmou que a reforma agrária não é somente feita pelo Incra e o MDA, mas passa pelas lutas sociais e políticas públicas interligadas. "Vários ministérios atuam conjuntamente para uma estratégia nacional de desenvolvimento no campo. Estamos inserindo as famílias assentadas e acampadas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal, o CadÚnico, para que possam ter direitos a outras ações públicas", ressaltou.

Também destacando a importância do agricultor assentado para o desenvolvimento do País, Carlos Guedes disse que "a autarquia fundiária e seus servidores estão empenhados em fazer uma reforma agrária que dará orgulho aos brasileiros pela produção orientada, com serviço de assistência técnica eficiente, respeito ao meio ambiente e qualidade de vida para as famílias do campo". Guedes anunciou que até o final deste ano serão criados 288 assentamentos em todo o País.

Sobre a área

O assentamento Florestan Fernandes está sendo criado na antiga fazenda Retiro, que tem 2,8 mil hectares e permitirá o assentamento de 210 famílias. A área foi considerada improdutiva em 2001 e decretada de interesse social para fins de reforma agrária em 22 de novembro de 2002. Com a criação desse assentamento, a região de Andradina passará a contar com 40 assentamentos administrados pelo Incra, localizados em 12 municípios e beneficiando mais de 3.400 famílias.

O Incra também já está na posse de outros cinco imóveis na região, nos municípios de Guaraçaí, Indiaporã, Pontalinda e Dracena, que serão destinados à reforma agrária. A

região concentra a maior quantidade de assentamentos federais do estado de São Paulo, o que favorece o seu desenvolvimento produtivo, comercialização, dinamização da economia regional e segurança alimentar da população.

Novo modelo de reforma agrária

Atualmente, a área destinada a projetos de assentamento no País soma 87,8 milhões de hectares, o que significa a presença do Incra em mais de 10% do território nacional. Uma característica dos novos assentamentos é a integração de políticas públicas, por meio de ações vinculadas ao Plano Brasil Sem Miséria, como os programas Luz para Todos, PAC Infraestrutura e o Minha Casa, Minha Vida. O objetivo da autarquia é combinar quantidade e qualidade para os novos assentamentos, a fim de convertê-los em comunidades rurais autônomas, com garantia de condições de vida digna às famílias assentadas.

Assentados de Feijó (AC) recebem títulos entregues pelo Incra – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/04/2013

A entrega de 44 títulos para assentados do Incra Acre no assentamento Berlim Recreio, ocorrida no último final de semana, em Feijó (AC), marcou a conclusão das atividades de campo nos municípios que compõem as regiões do Purus e Juruá – desencadeada durante a semana pelo superintendente Idésio Franke e equipe técnica, que promoveram reuniões e audiências públicas com trabalhadores rurais, movimentos sociais, vereadores e prefeitos.

Com o recebimento do Título da propriedade rural a família assentada passa a ter mais mobilidade no acesso às políticas públicas disponibilizadas pelo Governo Federal, como linhas de crédito e até aposentadoria. Essa etapa de entrega para o assentamento Berlim Recreio beneficiou cerca de 200 pessoas.

O município de Feijó possui quatro assentamentos, numa área de 32 mil hectares, e um público de 761 famílias assentadas, com o forte da produção voltada para a agricultura – destaque para a farinha, graças ao cultivo de mandioca em grande escala, e o cultivo de leguminosas, como arroz e milho.

Após uma espera por mais de 20 anos o agricultor Francisco Soares da Silva, 40, e a esposa Maria das Chagas, 33, avaliam que agora, de fato, suas vidas vão dar uma guinada, pois o título representa uma conquista concreta por tantos anos de trabalho.

Residentes na Colônia Sonho de Morar, junto com os cinco filhos, o casal sobrevive do cultivo de roçados de subsistência, com o plantio de mandioca para produção de farinha, arroz, milho, feijão e criação de pequenos animais domésticos. "Somos filhos de agricultores e só sabemos viver do que a terra dá. Agora com o título temos mais segurança e mais animo pra seguir na lida", reforçou o trabalhador.

A equipe do Incra esclareceu que para este ano em Feijó serão realizadas cerca de 80 vistorias de áreas para fins de desapropriação, sendo 30 nas imediações do rio Envira. Também há perspectivas para aplicação de Crédito Mulher, assim como a prestação de assessoria técnica, que qualifica as assentadas para definirem em quais atividades têm elas mais aptidão.

SC: Incra participa de oficina para criação de Cadastro Estadual de Imóveis Rurais – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/04/2013

Com o objetivo de criar e lançar o Cadastro Estadual de Imóveis Rurais, técnicos e dirigentes de instituições ligadas ao setor estarão reunidos, nesta quinta-feira (2), para participar da Oficina sobre Reordenamento Agrário promovida pela Secretaria de Agricultura e da Pesca de Santa Catarina. O superintendente do Incra/SC, José dos Santos, participará dos debates e apresentará as ações referentes ao cadastro de imóveis rurais mantido pela autarquia.

A proposta de criação de um banco de informações que subsidie o processo de desenvolvimento rural sustentável em Santa Catarina deriva da constatação de que os agricultores familiares catarinenses têm encontrado dificuldades para regularizar e legalizar suas propriedades, especialmente em relação às questões de licenciamento ambiental e georreferenciamento.

Em contrapartida, os órgãos estaduais e federais, no âmbito de suas áreas específicas de atuação, possuem informações valiosas para a constituição do Cadastro Estadual. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), por exemplo, possui um levantamento aerofotogramétrico digital de todo o Estado, enquanto o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dispõe dos pontos georreferenciados de cada propriedade rural. Já o Incra possui informações cadastrais das propriedades rurais e outros órgãos, como a Empresa de Pesquisa e Extensão Rural (Epagri) e a Fundação do Meio Ambiente (Fatma), também possuem dados relevantes disponíveis para inclusão nesse acervo único.

Constituído o Cadastro Estadual, o passo seguinte será a realização do fotocadastro de todas as propriedades sem georreferenciamento, formando o mosaico fundiário catarinense. A partir de então, serão definidas as ações como a legalização das propriedades, a inserção destas no Cadastro Nacional de Crédito Rural (CNCR), com a certificação da propriedade, inclusão das propriedades no Cadastro Ambiental Rural (CAR), entre outras.

Incra/RO realiza mutirão da reforma agrária em Machadinho d'Oeste – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/04/2013

Entre os dias 29 de abril e 1º de maio a Superintendência do Incra em Rondônia realiza

o Mutirão da Reforma Agrária no município de Machadinho d'Oeste (RO), no Centro Cultural Marinha Andrade Rocha, atendendo aos agricultores dos 17 projetos de assentamento da região. O objetivo é dar agilidade aos processos de titulação dos lotes e a regularização ambiental através do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

O município foi inserido no Arco de Fogo e está na prioridade do Governo Federal para a regularização fundiária e ambiental dos assentamentos. O presidente do Incra, Carlos Guedes, esteve no local há seis meses e aprovou todas as providências necessárias para o mutirão, já que os assentamentos ocupam a maior parte do perímetro rural de Machadinho, com cerca de oito mil famílias.

O órgão agrário está resolvendo no mutirão todas as pendências possíveis, como documentos, emissão de certidões pela internet, consultas ao Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), cálculo do valor do título para pagamento e negociações com os incentivos previstos em lei.

Os técnicos do Incra foram habilitados pela Secretaria de Desenvolvimento Ambiental do estado (Sedam) e estão inscrevendo os agricultores no CAR. O cadastro consiste no registro dos imóveis rurais, por meio eletrônico, para controle e monitoramento, sendo uma fase inicial do licenciamento ambiental das propriedades rurais.

Logística completa

De acordo com o superintendente do Incra/RO, Luis Flavio Carvalho Ribeiro, essa foi a melhor forma de solucionar as dificuldades dos agricultores porque reuniu em um único lugar todas as ferramentas e servidores com alçada de decisão para avançar nas etapas pendentes até a emissão definitiva do título. Estão no local 38 servidores da instituição, entre técnicos e gestores, além do coordenador da área de consolidação de assentamentos da sede do Incra em Brasília, Celso Aparecido Florêncio. O mutirão tem também o apoio da Prefeitura e da Câmara Municipal de Machadinho, Sedam, Emater e Ceplac.

O casal de agricultores Sérgio de Paula Freire e sua esposa Maria Urbieta de Paula Freire estiveram no mutirão para fazer a regularização fundiária e ambiental de seu lote no assentamento Santa Maria II. Eles apresentaram toda a documentação necessária, como o contrato assinado com o Incra em 2004, sendo que o processo de titulação ficou pronto para a emissão do documento, que é realizada em Brasília. O casal obteve também a inscrição no CAR. "Estamos muito aliviados. Foi uma coisa muito boa que o Incra fez para nós", disse o agricultor que já recebeu créditos do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), como o Pronaf A e o Crédito Habitação.

A agricultora Emilia das Graças Souza, de 61 anos, já possuía o título de seu lote no assentamento Machadinho, porém em nome do marido falecido e queria transferi-lo para seu nome. Ela mora no lote há 31 anos e teve seu processo concluído para titular no primeiro dia do mutirão.

José Juliano: Agronegócio impõe uma reforma agrária ao revés ao país. José Juliano de Carvalho Filho – Site do MST. 30/04/2013

As políticas agrárias dos governos de Lula e de Dilma se inserem no contexto do modelo de desenvolvimento econômico primário-exportador, de baixa incorporação tecnológica e maior vulnerabilidade externa.

Esse modelo beneficia os interesses envolvidos no agronegócio e coloca o país em uma posição subalterna em relação ao exterior.

Há, hoje, duas políticas --a grande e a pequena-- para o setor rural.

De um lado, os de maior peso controlam a política econômica e a agrícola (por meio dos Ministério da Fazenda e da Agricultura, além do BNDES). De outro, os mais fracos têm espaço na política agrária (nos ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social).

O principal instrumento da política agrária - a reforma agrária - não passa de pequena política.

O governo tornou-se refém do grande capital e dos ruralistas. Assim, aumentou a dificuldade de acesso à terra pelos economicamente mais fracos. Persistiram as velhas estruturas político-econômicas do campo brasileiro --com agravamento do conservadorismo, desigualdades, as injustiças, a violência e a degradação ambiental. Repetiu-se a concentração de terra e de poder.

As políticas públicas para a questão agrária permaneceram tímidas e impotentes frente ao agronegócio.

Foram importantes as políticas operadas pela Companhia Nacional de Abastecimento para assentados e produtores familiares - lei da merenda escolar, formação de estoques, compra e doação simultânea. No entanto os benefícios mais relevantes continuam a ser direcionados a grandes produtores.

Enquanto isso, os números da reforma agrária são vergonhosos. O mandato de Dilma Rousseff apresenta o pior desempenho, desde o governo FHC (1995-2002), quanto ao número de famílias assentadas.

O governo anunciou que o Incra passará a ter como principal prioridade fornecer assistência técnica aos assentamentos, em vez da desapropriação de terras. Em nome dos interesses dos assentados, desqualifica-se a reforma agrária, ou seja, o fundamental acesso à terra.

A argumentação para tanto toma por base a pobreza devida à baixa produtividade dos assentamentos. Esse discurso pseudomodernizador é falso, pois ignora que reforma agrária implica um conjunto de políticas que inclui desapropriação, produção, saúde e educação.

Uma reforma agrária ao revés está ocorrendo no país.

Nas regiões de ocupação antiga, as monoculturas do agronegócio reconcentram terras. Ao mesmo tempo, nas regiões de fronteira ou de ocupação recente --especificamente na região Norte--, as políticas governamentais concentram terras em benefício dos grileiros.

Há os exemplos da mudança no Código Florestal e da ofensiva para retirar a competência da União na demarcação de terras indígenas, na criação de unidades de conservação e no reconhecimento de áreas remanescentes de quilombolas.

Indícios apontam para a "morte matada" das pretensões de justiça no campo, de reforma agrária e de preservação do ambiente.

A posição do governo faz com que a direita reacionária, incluídos os ruralistas, atue como um "ghost writer" com poder de imposição e se sinta diante de um campo aberto. Se se apresenta de modo cada vez mais ousado, é porque não vê obstáculos importantes nem oponentes dignos desse nome.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa